

**5ª Oficina para Implementação da Cobrança pelo  
Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água  
na bacia do rio Doce**

**RESUMO E CONCLUSÕES DOS TRABALHOS**

**Moderador: Luiz Augusto Bronzatto**

**Colatina, 6 e 7 de outubro de 2010**

## Sumário

I. Apresentação .....	2
II. A dinâmica da Oficina e as discussões realizadas: breve relato .....	3
III – Anexos .....	43

## **I. Apresentação**

---

A 5ª Oficina para implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi realizada nos dias 6 e 7 de outubro de 2010, na cidade de Colatina/ES. O público da Oficina foi bastante plural e colaborativo para o alcance do objetivo traçado, qual seja: aprofundar o debate sobre Cobrança e Agência na bacia, envolvendo representantes dos segmentos que atuam no sistema de recursos hídricos e dos comitês existentes na supracitada bacia. No dia 6 de outubro foi registrada a presença de 64 pessoas, enquanto no dia 7 assinaram a lista de presença 36 pessoas, conforme demonstra o Anexo I (Lista de presença).

Esta Oficina decorre da celebração, em março de 2010, do Acordo de Cooperação Técnica para a Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, também chamado de Pacto das Águas, envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, os Comitês de Bacias Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce, além da ANA. Vale destacar que, com a finalidade de acompanhar a execução do referido Pacto, foi instituído o Grupo Técnico de Articulação Institucional – GTAI, composto por representantes de cada signatário e coordenado por um representante do CBH-Doce.

Dentre as metas estabelecidas no Pacto das Águas, quatro estão relacionadas com a implementação da Cobrança pelo Uso da Água (envolvendo mecanismos gerais e valores) e da Agência (envolvendo personalidade jurídica, estrutura e normas de funcionamento) na bacia do Doce. Desta forma, a Oficina visou ainda colaborar para a busca das metas pactuadas.

A fim de buscar o alcance dos objetivos propostos, foram realizadas apresentações (Anexo II) abordando: i) os resultados da Oficina anterior; a grade e proposta metodológica ii) personalidade jurídica da Agência de água; iii) proposta de estrutura de Agência de água para a bacia do Doce; e iv) novas simulações sobre a Cobrança pelo uso da água. Além disso, foram realizadas

discussões em grupos e na plenária, sempre buscando envolver todos os participantes. O Anexo III apresenta os resultados da avaliação da Oficina, realizada por meio de questionários disponibilizados aos participantes.

Em suma, o presente relatório descreve, de forma objetiva, os trabalhos, os debates e as conclusões encaminhadas durante a Oficina.

## **II. A dinâmica da Oficina e as discussões realizadas: breve relato**

---

A Oficina buscou aprofundar os temas relacionados à personalidade jurídica e estrutura da Agência da bacia, bem como os cenários sobre a Cobrança pelo Uso da Água, conforme programação abaixo.

### **Dia 6/10/2010**

08:30 - 09:00: Credenciamento e entrega de material

09:00 - 09:15: Abertura e apresentação dos resultados da Oficina anterior e exposição da metodologia da 5ª Oficina

09:45 – 10:30: Apresentação sobre a personalidade jurídica da Agência de Água (IGAM)

10:30 – 10:45: Intervalo

10:45 – 12:00: Discussões sobre a personalidade jurídica da Agência de Água

12:00 – 14:00: Almoço

14:00 – 15:30: Apresentações sobre estrutura da Agência de Água e refinamento das simulações sobre valores de Cobrança apresentadas na 4ª Oficina (ANA, IGAM e IEMA)

15: 30 – 18:00: Discussões sobre a estrutura da Agência e simulações de Cobrança (intervalo previsto para as 16h)



## **Dia 7/10/2010**

08:30 – 10:30: Dinâmica em grupos de trabalho

10:30 – 10:45: Intervalo

10:45 – 12:00: Continuação das discussões sobre estrutura da Agência e valores de Cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

12:00 – 14:00: Almoço

14:00 – 15:30: Encaminhamentos da 5ª Oficina

15:30 – 15:45: Encerramento

15:45 – 17:30: Reunião do GTAI

### **Os trabalhos do 1º dia**

---

Após o credenciamento dos participantes foi realizada a abertura do evento, contando com a participação dos seguintes representantes: Rodrigo Flecha (ANA), Breno Esteves Lasmar (IGAM), Robson Monteiro dos Santos (IEMA), e Leonardo Leptulski (CBH-Doce), conforme ilustra a Figura II.1.

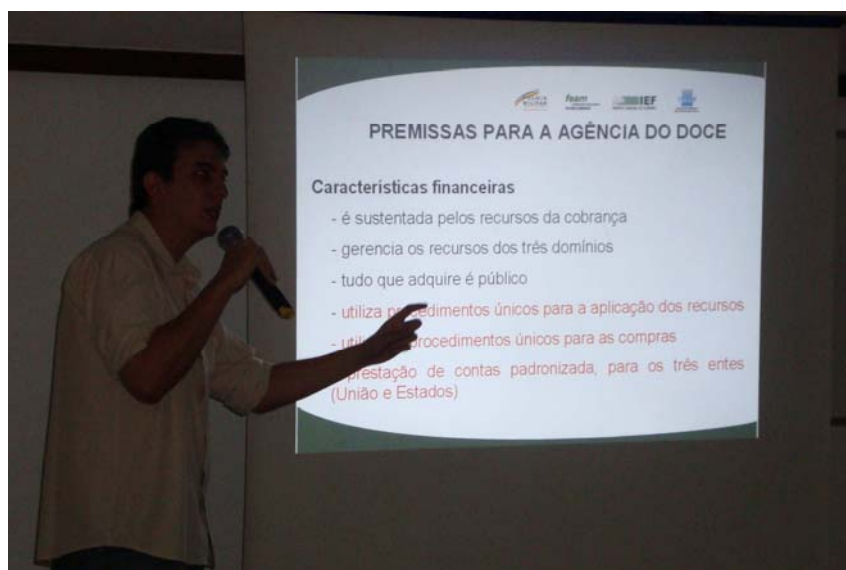


**Figura II.1: Cena da abertura da Oficina**

Os representantes abordaram em suas falas sobre o processo desenvolvido na bacia do rio Doce, os avanços nas discussões a fim de se implementar o instrumento da Cobrança pelo uso da água, bem como a Agência da bacia.

Na sequência, houve a apresentação dos participantes e, em seguida, o moderador resgatou os resultados da 4ª Oficina realizada no município de Ouro Preto/MG. Além disso, foi apresentada a grade do evento e a metodologia proposta.

Após esse breve nivelamento, foi repassada a palavra ao representante do IGAM, Sérgio Leal, que apresentou sobre “Personalidade Jurídica da Agência de Águas” (Figura II.2).



**Figura II.2: Apresentação sobre personalidade jurídica da Agência de água**

Sérgio iniciou narrando sobre as premissas para a Agência do Doce, dando enfoque nas características financeiras, técnicas, administrativas, gerenciais, e na necessária relação da Agência com o comitê da bacia e órgãos gestores. Na sequência foram apresentadas as diferenças entre Consórcio Público e Entidade Delegatária no que diz respeito à composição e formas de indicação para a Assembléia Geral, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Em seguida resgatou-se o conteúdo das discussões da 2ª Oficina no tocante as vantagens

de cada modelo jurídico em relação a determinadas questões e, por fim, foram demonstradas as etapas para a implantação de cada um dos modelos de Agência.

Um dos presentes manifestou que as etapas de implantação para o modelo jurídico Entidade Delegatária se configurava bem mais ágil em comparação com o Consórcio Público, sendo que neste haveria, inclusive, a necessidade de aprovação de Projeto de Lei no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas dos Estados de MG e ES. Foi afirmado que ambos os modelos devem ser discutidos nos comitês existentes na bacia do Doce, sendo ainda clarificada a posição que não seria prudente a criação de mais uma institucionalidade pública no país para tratar da gestão de recursos hídricos.

Houve duas manifestações indagando a necessidade de se refletir os princípios/fundamentos que deveriam nortear a discussão do modelo jurídico da Agência. Esta “provocação” desencadeou uma série de falas que resgataram compromissos e pactos já amplamente discutidos no CBH-Doce. Em suma, os presentes afirmaram que os princípios norteadores desta discussão devem compreender:

- i) a soberania dos comitês;
- ii) a bacia como unidade de planejamento (ou seja, deve-se respeitar a integração de fato);
- iii) a eficiência no trato dos recursos;
- iv) a segurança e a agilidade (no trato dos recursos) e o controle político do comitê sobre a Agência;
- v) a robustez da Agência (que por sua vez requer compromissos por parte dos usuários e do poder público para a sua manutenção); e
- vi) uma Agência única para a bacia.

Além destas questões houve indagações sobre os motivos que levaram outros comitês a optarem pela Entidade Delegatária ao invés de Consórcio Público, sendo repassadas informações sobre o processo de discussão estabelecido nos Comitês PCJ, no Paraíba do Sul e São Francisco, que nortearam as respectivas decisões daqueles comitês

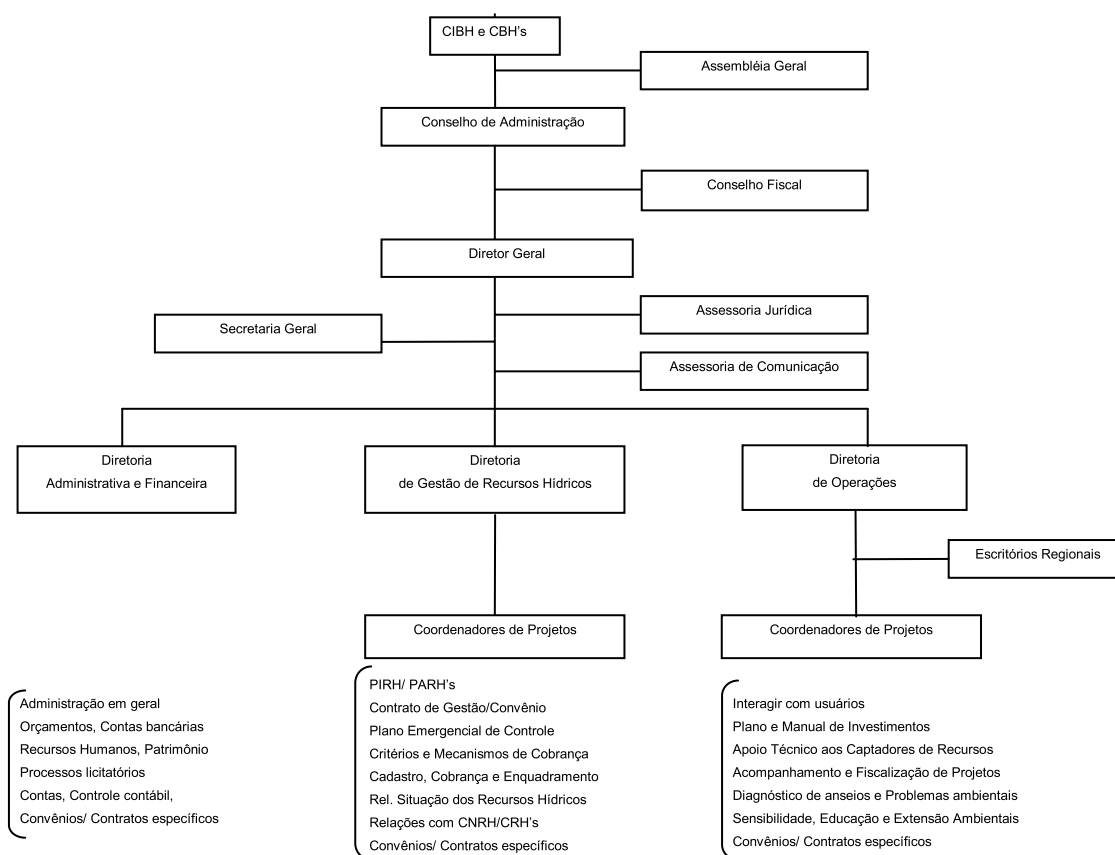
Tendo em vista que a escolha do modelo jurídico da Agência perpassaria, inclusive, pela definição da estrutura da Agência e das simulações de Cobrança, foi sugerido que se interrompesse as discussões a fim de avançar nestes temas, retomando, posteriormente, as discussões sobre o modelo jurídico.

Dando sequência, o Gerente de Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Nelson Neto de Freitas, realizou apresentação sobre aspectos a respeito da “Estrutura da Agência da Bacia” considerando as sugestões advindas da 4ª Oficina realizada em Ouro Preto/MG (Figura II.3).



**Figura II.3: Apresentação da proposta de estrutura de Agência de água para o Doce**

Inicialmente foi realizado um breve resgate sobre as discussões que ocorreram na bacia tendo como foco a construção do PIRH-Doce que, por sua vez, trouxe uma proposta de estrutura de Agência, que se configurou a base para as discussões subsequentes. Foram ainda exibidos os objetivos e competências da Agência de Águas para então apresentar o arranjo institucional e a estrutura proposta para a Agência, conforme demonstra a figura abaixo.



**Figura II.4: Proposta de Estrutura de Agência para a bacia do Doce**

Em relação aos recursos humanos, a proposta considera os seguintes quantitativos e características.

CARGOS	FUNÇÃO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO
<b>Inicial</b>			
Diretor Geral	Gerencial	1	TNS sênior
Secretaria Geral	Técnica	1	TNS pleno
Assessoria Jurídica	Técnica	1	TNS pleno
Assessoria de Comunicação	Técnica	1	TNS pleno
Diretores	Gerencial	3	TNS sênior
<b>Total Inicial</b>		<b>7</b>	
Coordenadores regionais	Técnica	2	TNS pleno
Coordenadores de projeto	Técnica	9	TNS pleno
Aux. técnicos e adm. (1)	Técnica	5	TNM
<b>Total final</b>		<b>23</b>	
Auxiliares técnicos (2)	Técnica	8	Estagiário

As atribuições de cada instância e dos cargos acima descritos foram também apresentadas, podendo ser assim sintetizadas:

**Assembléia Geral:** órgão integrante da estrutura da Agência, cujos membros representam os instituidores da Agência do Doce, quais sejam: Estados e União, no caso de entidade de direito público. A Assembléia Geral possui atribuições específicas, que não devem conflitar com as atribuições dos comitês. Portanto, deve-se prezar os devidos cuidados para que não venham ocorrer conflitos de competências entre a Assembléia Geral e os Comitês, devendo prevalecer os Comitês como instância única e máxima sobre a gestão dos recursos hídricos da bacia e sobre a estrutura organizacional da Agência do Doce.

**Conselho de Administração:** colegiado deliberativo, órgão executivo máximo da Agência do Doce, encarregado de acompanhar o fiel cumprimento das decisões dos comitês. Seus membros são oriundos ou indicados do CIBH (Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica), no caso de entidade de direito público.

**Conselho Fiscal:** colegiado de fiscalização interna, cujos membros são oriundos ou indicados pela Assembléia Geral.

**Diretor Geral:** executivo responsável pela condução técnica, administrativa e financeira da Agência e pela sua estratégia operacional.

**Secretaria Geral:** possui a função de ser a Secretaria da Agência do Doce e de prestar apoio administrativo e logístico ao funcionamento do CIBH, CBH's, Assembléia Geral e Conselho de Administração.

**Assessoria Jurídica:** possui a função de prestar assessoria jurídica aos processos administrativos, contratos e convênios.

**Assessoria de Comunicação:** suas atribuições perpassam pelo gerenciamento do site, pela comunicação interna entre os órgãos e entidades participantes do sistema de gestão da bacia do rio Doce e pela demanda externa (imprensa e

atendimento ao público). Além disso, coordena a documentação e a disponibilização do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da bacia.

**Diretoria Administrativa e Financeira:** possui a função básica de gerenciar os recursos da Cobrança, o orçamento geral, as contas bancárias, os recursos humanos, os processos licitatórios, as compras e os seus contratos específicos com terceiros. Além disso, deve prestar apoio administrativo e financeiro às demais áreas, diretorias e órgãos da Agência do Doce e se responsabilizar pelo patrimônio e pelo controle e acompanhamento contábil.

**Diretoria de Gestão de Recursos Hídricos:** possui a função básica de gerenciar a implementação dos instrumentos de gestão. Ademais, deve se responsabilizar pelo PIRH e PARH's, suas atualizações e implementações; pelos contratos de gestão; relatório sobre a situação dos recursos hídricos; pelos critérios e mecanismos de Cobrança; pelas ações de cadastro, Cobrança e enquadramento, em estreita colaboração com os órgãos gestores; pelas relações com o CNRH e CERH's e pelos seus contratos específicos com terceiros. Desenvolve estudos sobre os usos das águas (qualidade e quantidade) visando aperfeiçoamento da gestão e propõe aos CBH's o rateio do custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. Deve ainda interagir com a Secretaria Executiva para o apoio técnico aos CBH's.

**Diretoria de Operações:** possui a função básica de interagir e dar suporte técnico aos usuários e de gerenciar as demandas técnicas dos Escritórios Regionais. Deve ainda se responsabilizar pelo manual de investimentos; pela avaliação e hierarquização dos projetos apresentados pelos tomadores de recursos; pela gestão do plano de investimentos; pelo apoio técnico aos tomadores de recursos; pelo acompanhamento e fiscalização dos projetos apoiados com a Cobrança; pela sensibilização dos usuários e programas de educação e extensão ambiental e pelos seus contratos específicos com terceiros. Ademais, deve realizar diagnóstico dos anseios da sociedade e dos usuários, em particular, sobre a problemática ambiental setorial da bacia.



**Coordenadores de Projeto:** subordinados às diferentes diretorias, todos de nível superior, com perfil compatível com as funções a serem exercidas (já descritas nas respectivas diretorias).

Após a apresentação da proposta foi repassada a palavra ao Gerente de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos da ANA, Patrick Thomas, que apresentou simulações de valores de Cobrança pelo uso da água (Figura II.5), trazendo novos cenários a partir dos resultados da 4ª Oficina, onde ficou definido que cenários intermediários aos chamados 1 e 2 (discutidos em Ouro Preto/MG) deveriam ser produzidos para nova rodada de discussão.



**Figura II.5: Cena da apresentação das novas propostas de cenários para a Cobrança pelo uso da água na bacia do Doce**

Inicialmente foram resgatados os principais pontos relacionados à elaboração de cenários para a Cobrança apresentados e discutidos na 4ª Oficina, perpassando pelos aspectos legais, pelo Programa de Investimento previsto no PIRH-Doce, estimativas de disponibilidades de recursos para a implantação do PIRH-Doce (considerando os recursos advindos do Governo Federal e dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de MG e ES), o déficit de recursos para a implantação do Plano e os cenários anteriormente propostos. Além disso, foram novamente apresentados os Preços Públicos Unitários (captação, lançamento e transposição) para cada cenário, o potencial de arrecadação por área da bacia e os impactos da Cobrança no setor usuário. Por fim, nesta



primeira parte da apresentação, foram apresentados os acordos pactuados na Oficina em Ouro Preto/MG e as críticas e sugestões encaminhadas em relação à Nota Técnica elaborada pela ANA e disponibilizadas a todos os participantes da última Oficina.

Nesta primeira etapa da apresentação vieram à tona vários olhares relacionados com o processo e com a metodologia adotada, sendo disponibilizado um tempo bem maior do que o planejado para dirimir as dúvidas e assegurar a fala a todos aqueles que desejaram manifestar.

Uma das primeiras indagações levantadas foi em relação ao setor de saneamento. Foi dito que o setor, na maioria das vezes, simplesmente repassa ao consumidor final o valor referente à Cobrança pelo uso da água e, desta forma, o instrumento da Cobrança acaba por não ter a devida efetividade visando proporcionar o uso racional da água por parte desse setor usuário. Em contrapartida foi dito que a decisão - de repassar ou não o valor da Cobrança ao consumidor - é do setor que, por sua vez, também possui uma série de obstáculos a serem superados para o uso racional, como ligações clandestinas e perdas exageradas ao longo das redes de abastecimento. O combate destas questões requer investimentos.

Outro aspecto levantado nesse momento da discussão foi em relação ao pagamento pelo uso da água na captação e na diluição de efluentes. O representante da CENIBRA, Edson Valgas, afirmou que vem se posicionando a um bom tempo de forma contrária em relação ao parâmetro para Cobrança pelo lançamento que leva em conta a carga anual de DBO lançada, pois há indústrias que já captam água com baixa DBO (pagando na captação) e lançam, muitas vezes, com a mesma carga de DBO (pagando também no lançamento).

Além disso, afirmou que as contas para se chegar ao valor da Cobrança devem ser realizadas a partir da real capacidade de pagamento do setor e não dos valores acenados nos programas do PIRH-Doce (ou seja, deve-se fazer a conta de traz pra frente). Segundo depoimento, a forma como vem sendo realizados os cálculos, bem como os valores associados para a Cobrança devem levar a

interrupção de investimentos por parte das indústrias para um uso cada vez mais racional da água. Por fim, alertou sobre o risco de o setor promover o pagamento pelo uso da água em juízo, caso não sejam equacionadas essas e outras diferenças.

Em contraposição foi afirmado que para se avançar de forma efetiva nas discussões sobre a Cobrança deve-se trazer propostas claras e concretas sobre a metodologia e sobre o processo, deixando de lado ameaças de pagamento em juízo. Foi dito ainda que em outra bacia já houve experiência de pagamento em juízo por parte de determinada indústria, sendo este procedimento reconsiderado, tendo em vista a lógica e a transparência da aplicação dos recursos da Cobrança.

Outro ponto acenado por representante do setor da indústria foi a necessidade de se prever, no escopo do processo metodológico, encontro setorial para discutir com mais profundidade os mecanismos e valor da Cobrança pelo Uso da Água. Neste sentido e após várias ponderações, ficou definido que o Comitê do Doce deverá tomar a frente para a realização desses encontros, que devem ter a presença dos órgãos gestores, e que ao final da Oficina propostas de datas deveriam ser acenadas para a sua realização. Ficou definido que os setores que devem reunir para tal discussão são: i) mineração; ii) indústria; iii) agropecuário; e iv) saneamento.

Nesta mesma linha foi dito que já está definido um seminário, a ocorrer no dia 28 de outubro, envolvendo a ANA, IEMA, FIBRIA e o Comitê do Litoral Centro Norte, para aprofundar sobre o pagamento pelo uso das águas transpostas do Doce para abastecer a referida indústria, dada à realidade e a complexidade da gestão das águas derivadas em canais e que abastecem inclusive algumas comunidades. Também será realizado no dia 29 para o Seminário Regional – Cobrança pelo Uso da Água: a Visão do Usuário, promovido pelo IEMA e AURHES (Associação dos Usuários de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo).

Em relação ao setor agropecuário, foi destacada a realidade bastante distinta entre os agropecuaristas, seja na capacidade de pagamento ou no volume de água utilizado em suas propriedades. Nesta perspectiva foi brevemente esclarecido o conceito de uso insignificante da água. Outras dúvidas foram levantadas, como o pagamento pela água armazenada em pequenas barragens, a questão das águas residuárias de determinados processos agrícolas, como a lavagem do café, e o plantio no entorno de lagos e barragens. Estas questões foram esclarecidas, sendo acenado que no processo de aperfeiçoamento do instrumento Cobrança o tema relacionado às águas residuárias deve ser priorizado. Foi ainda afirmado que não há previsão para a Cobrança de águas armazenadas em pequenos reservatórios, mas sim da água retirada dos corpos hídricos, cujo volume deverá estar indicado na outorga.

Vários participantes sugeriram que o valor da Cobrança para o setor agropecuário fosse apresentado de forma concreta e transparente (R\$/m<sup>3</sup>) para que os produtores possam visualizar o valor real da Cobrança e seu impacto sobre suas atividades.

Após esses esclarecimentos foi retomada a apresentação, sendo exibidos os novos cenários intermediários, conforme definido na 4ª Oficina.

Patrick narrou que dois novos cenários, derivados dos cenários 1 e 2 apresentados na Oficina anterior, foram propostos e chamados de 1A e 2A., Outros dois cenários produzidos, chamados de 1B e 2B e apresentando variações decorrentes da proposição de novos valores para as águas transpostas na bacia, foram também apresentados.

*De acordo com o exposto “os primeiros anos de implementação do PIRH-Doce serão de assimilação da Cobrança pelos usuários e de estruturação progressiva da Agência de água. Espera-se que a capacidade institucional da Agência seja fortalecida gradativamente, e como consequência, também será gradativo o êxito das suas atividades de acesso e captação de recursos do orçamento governamental. Com isto, a necessidade de contrapartida poderá ser*

progressiva. Dentro deste conceito, elaborou-se novos cenários considerando uma progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23<sup>1</sup>”.

O cenário 1A diz que para os programas P11 e P23, os CBHs estariam dispostos a contribuir com até 25% dos seus custos, seguindo a progressividade a seguir:

**Progressividade da Contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23**

Ano	Projeto	Contrapartida
Ano 1	5%	5%
Ano 2	5%	10%
Ano 3	5%	15%
Ano 4	5%	20%

Desta forma, os Preços Públicos Unitários do Cenário 1A com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23, deverão ser:

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPUcap (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
PPUlanç (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPUtransp (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062

Já o cenário 2A diz que para os programas P11 e P23, os CBHs estariam dispostos a contribuir com uma contrapartida de até 25% da estimativa de valores que seriam efetivamente obtidos na Execução Orçamentária para estes programas, seguindo a progressividade a seguir:

**Progressividade da Contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23**

Ano	Projeto	Contrapartida
Ano 1	5%	5%
Ano 2	5%	10%
Ano 3	5%	15%
Ano 4	5%	20%

Desta forma, os Preços Públicos Unitários do Cenário 2A com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23, deverão ser:

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPUcap (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
PPUlanç (R\$/Kg)	0,119	0,130	0,158	0,160
<sup>1</sup> PPUtransp (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.128.067	24.396.656	27.674.827	31.268.711

Conforme dito anteriormente, a partir de uma variação no preço relacionado à Cobrança das águas transpostas, chegou-se a novos cenários, chamados de 1B e 2B. Nota-se nas tabelas descritas abaixo que o valor de chegada ao final dos quatro primeiros anos é o mesmo daquele acenado nos cenários 1A e 2A.

Tendo como referência a Cobrança na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, adotou-se: **PPUtransp = 1,5 x PPUcap**. Vale destacar que para os novos cálculos manteve-se o conceito de progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Desta forma, os Preços Públicos Unitários do Cenário 1B, considerando  $PPU_{transp} = 1,5 \times PPU_{cap}$  e a progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23, deverão ser:

<b>Cenário 1B</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano 3</b>	<b>Ano 4</b>
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,030	0,039	0,047	0,055
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,140	0,178	0,216	0,255
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,045	0,058	0,070	0,083
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.651.752	40.822.159	49.290.532	58.116.124

Já os Preços Públicos Unitários do Cenário 2B, também considerando  $PPU_{transp} = 1,5 \times PPU_{cap}$  e a progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23, deverão ser:

<b>Cenário 2B</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano 3</b>	<b>Ano 4</b>
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,020	0,023	0,026	0,030
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,092	0,106	0,120	0,136
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,030	0,035	0,039	0,045
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.045.355	24.368.210	27.375.706	31.484.314

Em relação aos impactos sobre o setor usuário considerando a transposição, foi narrado que, no caso analisado, “dado que o titular da outorga para a

transposição pertence ao setor de fabricação de celulose, papel e produtos de papel, considerou-se o impacto da transposição sobre este setor”, conforme demonstra a tabela abaixo.

Transposição	Cenário 1B	Cenário 2B
Transposição	1,07%	0,58%

Os representantes do setor usuário elogiaram a idéia de progressividade ao valor da Cobrança, sendo sugerido atrelar tal prerrogativa ao alcance de metas por parte da Agência da Bacia. Ou seja, a variação dos preços da Cobrança deve estar relacionada ao alcance de determinadas metas.

Na discussão foi dito que se faz de suma importância esclarecer quais seriam estas metas que, por sua vez, devem vir ao encontro dos anseios do Comitê da Bacia do Doce. Deve-se buscar metas factíveis com o estágio de implantação da Agência, não propondo algo demasiadamente ambicioso diante de uma estrutura de Agência ainda incompleta ou algo de fácil alcance diante uma estrutura mais robusta. Portanto, esse “balanceamento” deve ser aprofundado.

Patrick narrou que no instrumento denominado “Contrato de Gestão”, que é realizado entre a ANA e as Agências de Bacia e acompanhado por uma comissão composta pela ANA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente, há várias metas definidas que norteiam, inclusive, o desembolso financeiro. Esta experiência deve ser visitada para o aprofundamento da proposta. Outro aspecto narrado é que o princípio da robustez da Agência deve ser prezado.

Em relação ao conceito de transposição, o representante da ANA afirmou que o entendimento da Agência para a elaboração das fórmulas apresentadas é que “transposição deve ser considerada como tipo de uso e não finalidade”. Desta forma, para os cálculos do valor da Cobrança não serão somados os valores de captação e transposição. Diante deste entendimento, foi proposto que a ANA explicitasse melhor este pensamento na Nota Técnica produzida.

Devido ao horário avançado e atendendo a solicitação da presidente da Câmara Técnica de Institucional e Legal do CBH-Doce, que havia agendado reunião às

18h00 do dia 6/10/10, os trabalhos do primeiro dia foram encerrados neste ponto.

## Os trabalhos do 2º dia

---

No segundo dia, os trabalhos iniciaram, conforme acordado no dia anterior, com a continuidade da apresentação de Patrick que narrou sobre viabilidade financeira da Agência de Bacia, considerando os cenários anteriormente expostos e debatidos e a nova estrutura da Agência, apresentada no dia anterior. Assim, os custos totais considerados para a manutenção da Agência proposta corresponderam a **R\$2.992.040,00**.

Ao considerar o Cenário 1A, com a progressividade da contribuição dos CHBs, concluiu-se que o custeio total da Agência se dará a partir do 3º ano, conforme demonstra a tabela abaixo.

**Limite para Agência de Bacia**

<b>Cenário 1A</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano 3</b>	<b>Ano 4</b>
Só arrecadação Domínio da União	1.667.554	2.110.489	2.572.798	3.064.761
Arrecadação Domínio da União + MG	2.331.281	2.964.212	3.596.833	4.253.477

Vale destacar que o valor arrecadado no 2º ano se aproxima muito do custo previsto para a Agência, sendo sugerido que o montante de recursos previsto no Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do ES seja considerado a fim de buscar viabilidade já no 2º ano de aplicação da Cobrança nesse cenário, bem como para ampliar o montante de recursos previsto nos demais cenários.

A partir da tabela acima, pôde-se chegar ao valor de déficit para os dois primeiros anos, conforme demonstrado abaixo.

**Déficit da Agência - Nova AGB-Doce**

<b>Cenário 1A</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano 3</b>	<b>Ano 4</b>
Só arrecadação Domínio da União	1.324.486	881.551	419.242	-
Arrecadação Domínio da União + MG	660.759	27.828	-	-

Ao considerar o Cenário 2A, com a progressividade da contribuição dos CHBs, concluiu-se que o valor arrecadado no final de 4 anos não é suficiente para o custeio total da Agência da Bacia, conforme demonstra a tabela a seguir.

**Limite para Agência de Bacia**

<b>Cenário 2A</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano 3</b>	<b>Ano 4</b>
Só arrecadação Domínio da União	1.100.961	1.279.974	1.439.612	1.648.279
Arrecadação Domínio da União + MG	1.544.152	1.783.208	2.022.575	2.285.654

Desta forma, haverá déficit durante todo o período, conforme acenado abaixo.

**Déficit da Agência - Nova AGB-Doce**

<b>Cenário 2A</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano 3</b>	<b>Ano 4</b>
Só arrecadação Domínio da União	1.891.079	1.712.066	1.552.428	1.343.761
Arrecadação Domínio da União + MG	1.447.888	1.208.832	969.465	706.386

Outro aspecto narrado foi em relação aos usos insignificantes. Foram resgatadas as premissas legais sobre o tema no âmbito federal, como a regulamentação da ANA sobre procedimentos no exame de pedidos de outorga, descrito no Inciso III do art. 6º da Resolução ANA nº 707, de 21 de dezembro de 2004, que diz que: *“Não são objeto de outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas obrigatoriamente de cadastro, ... , usos com vazões de captação máximas instantâneas inferiores a 1,0 l/s, quando não houver deliberação diferente do CNRH”*.

Em relação ao estado de MG, foi apresentada a regulamentação dos usos insignificantes para as águas de domínio estadual, descrita no Art. 1º da Deliberação Normativa CERH-MG nº 09, de 16 de junho de 2004, que narra que: *“As captações e derivações de águas superficiais menores ou iguais a 1 litro/segundo serão consideradas como usos insignificantes para as Unidades de Planejamento e Gestão ou Circunscrições Hidrográficas do Estado de Minas Gerais”*. Esta prerrogativa é válida até que os comitês de bacia hidrográfica façam as suas regulamentações.

Em relação ao estado do Espírito Santo, resgatou-se a regulamentação dos usos insignificantes para as águas de domínio estadual, descrita no Inciso I do art. 1º da Resolução Normativa CERH-ES nº 017, de 13 de março de 2007, que versa que:



*“As derivações e captações em corpos de águas superficiais, por usuário em um mesmo corpo de água, cujas vazões captadas sejam iguais ou inferiores a 1,5L/s, limitadas a um volume máximo diário de 43.200 litros”.* Esta prerrogativa é válida até que os comitês de bacia hidrográfica façam as suas regulamentações.

Aproveitando uma pausa nas discussões, o presidente do CBH-Doce, Leonardo Leptulski, apresentou a proposta da diretoria do CBH-Doce sobre as reuniões setoriais, sugeridas no dia anterior. Foi relatado que a diretoria do Comitê havia reunido antes dos inícios dos trabalhos do 2º dia da Oficina e acordou que a reunião envolvendo os setores agropecuário, industrial, de mineração de saneamento poderá ocorrer nos dias 21 e 22 de outubro de 2010, em Governador Valadares/MG, logo após o encerramento da reunião plenária do Comitê. Esta proposta ficou registrada e foi resgatada no final da Oficina, nas discussões sobre os encaminhamentos. Outra proposta acatada dizia respeito a uma reunião com o setor agropecuário em Colatina/ES, a fim de aprofundar as discussões sobre a Cobrança pelo setor, agendada para o dia 3 de novembro.

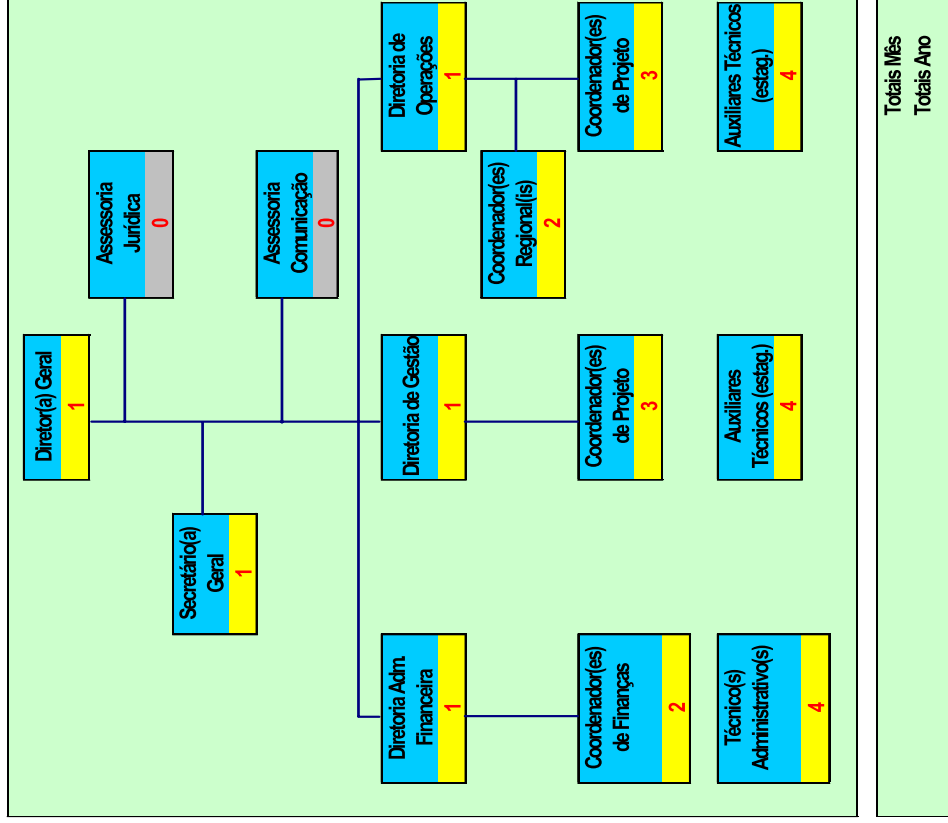
Retornando a pauta, houve depoimentos dos presentes no sentido dos órgãos gestores envidarem esforços para que se realize um amplo cadastramento de usuários na bacia para se ter uma melhor idéia sobre a questão, haja vista que o somatório das vazões consideradas insignificantes pode ser representativo do ponto de vista quantitativo de captação.

Por fim, lançou-se a proposta de inicialmente considerar os valores expostos na legislação federal e dos estados de MG e ES sobre usos insignificantes e que a Agência priorize, no prazo de um ano, ações para que seja realizado estudo específico na bacia sobre o tema.

Findada a apresentação partiu-se para a formação de quatro grupos de trabalho, sendo que em cada grupo havia a presença de representantes dos segmentos usuários, sociedade civil e poder público (Figura II.6).

Para cada grupo foi disponibilizado um arquivo em Excel a fim de facilitar a realização de novas alternativas de estrutura da Agência e seus respectivos custos. Abaixo são apresentadas as planilhas originais disponibilizadas em meio magnético para facilitar novas simulações realizadas pelos grupos de trabalho.

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Salários e Encargos) R\$2.684.640 R\$ 2.992.040



Salários	Encargos	Totais
R\$ 14.000	R\$ 9.800	R\$ 23.800
R\$ -	R\$ -	R\$ -
R\$ 4.000	R\$ 2.800	R\$ 6.800
R\$ -	R\$ -	R\$ -
R\$ 36.000	R\$ 25.200	R\$ 61.200
R\$ 14.000	R\$ 9.800	R\$ 23.800
R\$ 36.000	R\$ 25.200	R\$ 61.200
R\$ 12.000	R\$ 8.400	R\$ 20.400
R\$ 5.600	R\$ 3.920	R\$ 9.520
R\$ 10.000	R\$ 7.000	R\$ 17.000
R\$ 131.600	R\$ 92.120	R\$ 223.720
R\$ 1.579.200	R\$ 1.105.440	R\$ 2.684.640

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Salários e Encargos) R\$2.684.640 R\$2.992.040

CARGO / FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO	ENCARGOS
Diretor(a) Geral	R\$ 14.000	70%
Diretores(as)	R\$ 12.000	70%
Secretário(a) Geral	R\$ 4.000	70%
Assessoria Jurídica	R\$ 8.000	70%
Assessoria de Comunicação	R\$ 6.000	70%
Coordenador de Projeto	R\$ 6.000	70%
Coordenador de Finanças	R\$ 6.000	70%
Coordenador Escritório Regional	R\$ 7.000	70%
Técnico Administrativo (nível médio)	R\$ 2.500	70%
Estagiário	R\$ 700	70%
<b>Outro ?</b>	<b>R\$ 1</b>	<b>70%</b>

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Manutenção e apoio)

R\$307.400

R\$2.992.040

Discriminação	unidade	quantidade	Custo Unitário Anual	Totais
<b>MANUTENÇÃO</b>				R\$ 240.000,01
Manutenção de Escritório Central	vb	1	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
Manutenção de Escritório Regional 1	vb	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
Manutenção de Escritório Regional 2	vb	1	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
Outras Despesas de Manutenção	vb	1	R\$ 0,01	R\$ 0,01
<b>APOIO</b>				R\$ 42.400,00
Apoio realização Plenárias CBH DOCE	vb	4	R\$ 1.600,00	R\$ 6.400,00
Apoio realização Plenárias CBHs AFLUENTES	vb	36	R\$ 1.000,00	R\$ 36.000,00
Outras Despesas de Apoio	vb	1		R\$ -
<b>CONTRATAÇÕES (ALTERNATIVA ÀS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO E/OU JURÍDICA)</b>				R\$ 25.000,00
Contratação Assessoria Jurídica	vb	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Contratação Assessoria de Comunicação	vb	1	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Outras Contratações	vb	1	R\$ -	R\$ -

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (TOTAIS)

R\$2.992.040

SALÁRIOS	R\$	1.579.200
ENCARGOS	R\$	1.105.440
MANUTENÇÃO	R\$	240.000
APOIO PLENÁRIAS	R\$	42.400
CONTRATAÇÕES	R\$	25.000
OUTROS	R\$	-

Montante a arrecadar:

R\$ 39.893.867

## MEMÓRIAS DE CÁLCULO

PLENÁRIA CBH DOCE:		R\$	1.600,00
<b>Auxílio deslocamento SC em Plenárias</b>		<b>R\$</b>	<b>1.000,00</b>
Membros SC			20
Membros que demandam ajuda			10
Valor Unitário	R\$	100,00	
Outros	R\$	-	
<b>Logística Reunião</b>		<b>R\$</b>	<b>600,00</b>
Espaço	R\$	-	
Cofee Break	R\$	400,00	
Serviço Som	R\$	200,00	
Outros			
<b>Outras Despesas</b>			0
A	R\$	-	
B	R\$	-	
C	R\$	-	

PLENÁRIA AFLUENTES:		R\$	1.000,00
<b>Auxílio deslocamento SC em Plenárias</b>		<b>R\$</b>	<b>500,00</b>
Membros SC			15
Membros que demandam ajuda			5
Valor Unitário	R\$	100,00	
Outros	R\$	-	
<b>Logística Reunião</b>		<b>R\$</b>	<b>500,00</b>
Espaço	R\$	-	
Cofee Break	R\$	300,00	
Serviço Som	R\$	200,00	
Outros			
<b>Outras Despesas</b>			0
A	R\$	-	
B	R\$	-	
C	R\$	-	

Foi ainda disponibilizado em meio impresso os cenários 1A, 1B, 2A e 2B para colaborar com a análise.



**Figura II.6: Cenas dos trabalhos em grupo**

Os grupos de trabalho deveriam debater e responder três perguntas balizadoras, quais sejam:

1. A estrutura de Agência está adequada? Se não está, quais alterações são necessárias? Alterar a estrutura? Alterar os salários? Alterar as despesas de manutenção e apoio? Entre outras...
2. Com base na estrutura de Agência proposta, qual o cenário de Cobrança mais adequado para garantir a sustentabilidade financeira da Agência – cenário 1 (A ou B) ou 2 (A ou B)? Por quê?
3. Na opinião do grupo, qual deve ser o modelo jurídico da Agência do Doce? Entidade Delegatária ou Consórcio Público? Por quê?

Os resultados das discussões em grupo foram apresentados em plenária e podem ser assim descritos:



## **Grupo 1**

### **1 – Em relação à estrutura da Agência**

Foi repassado que o grupo concorda com a proposta de estrutura da Agência apresentada, a ser completamente implantada no final do 4º ano. O grupo considera prudente que a Agência inicie mais “enxuta” e venha ganhando corpo ao longo dos quatro primeiros anos.

### **2 – Em relação aos cenários apresentados**

O Grupo construiu um cenário alternativo, chamado de 1.7, pois se caracteriza por ser intermediário entre os cenários 1 e 2 propostos. Este cenário alternativo considera os valores unitários previstos no cenário 2B e a majoração do valor unitário para a transposição. Desta forma, segundo apresentado, os déficits poderão ser mais bem rateados ao longo dos anos. O grupo ainda resgatou a proposta da progressividade do valor da Cobrança atrelada ao alcance de metas por parte da Agência. Considerou ainda que os cenários 2 são os melhores por considerar os recursos orçamentários efetivamente aplicados na bacia. Por fim, relataram que o K transposição deve ser negociado com o setor usuário para se chegar a um consenso sobre tal valor.

### **3 – Em relação ao modelo jurídico da Agência do Doce**

Parte dos integrantes do grupo considera mais viável a proposta de Entidade Delegatária, enquanto outra parte acredita que para melhor tomada de decisão deve-se aprofundar as discussões. Portanto, não se configurou consenso sobre qual a melhor natureza jurídica da Agência.

## **Grupo 2**

### **1 – Em relação à estrutura da Agência**

Foi também afirmado que há consenso em relação a estrutura de Agência apresentada, sendo proposto diminuir o número de coordenadores nos dois primeiros anos. Foi relatado que nos escritórios regionais deverão constar com a estrutura já existente nos comitês mineiros e que deverá buscar alternativas semelhantes para os comitês capixabas. Neste sentido, o organograma sugerido deve prezar essa proposta. Portanto, a idéia de progressividade para compor a estrutura da Agência foi, assim como no grupo 1, sugerida.

### **2 – Em relação aos cenários apresentados**

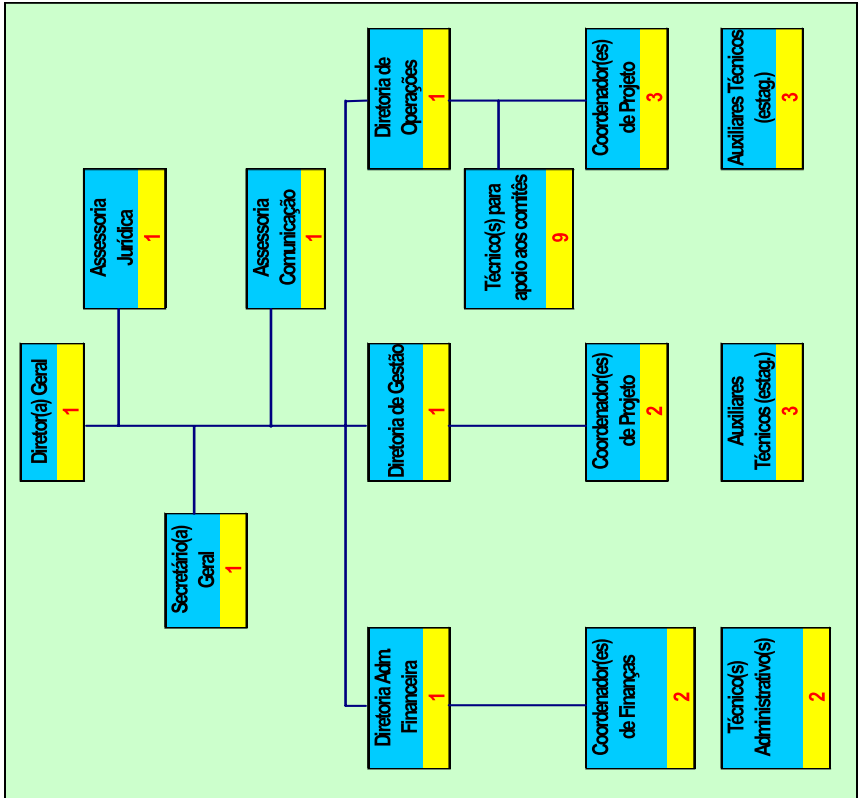
O Grupo alcançou o consenso no sentido de que o cenário ideal seria aquele referente ao 2B.

### **3 – Em relação ao modelo jurídico da Agência do Doce**

Foi afirmado que o melhor modelo jurídico da Agência deve ser a Entidade Delegatária, sendo que no decorrer dos anos, esse modelo deve ser reavaliado e alterado para Consórcio Público, caso considerado pertinente.

As simulações realizadas pelo grupo estão dispostas abaixo

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Salários e Encargos) R\$2.982.480 R\$3.174.880



Totais Mês	R\$ 146.200
Totais Ano	R\$ 1.754.400

Salários	Encargos	Totais
R\$ 14.000	R\$ 9.800	R\$ 23.800
R\$ 8.000	R\$ 5.600	R\$ 13.600
R\$ 4.000	R\$ 2.800	R\$ 6.800
R\$ 6.000	R\$ 4.200	R\$ 10.200
R\$ 36.000	R\$ 25.200	R\$ 61.200
R\$ 27.000	R\$ 18.900	R\$ 45.900
R\$ 30.000	R\$ 21.000	R\$ 51.000
R\$ 12.000	R\$ 8.400	R\$ 20.400
R\$ 4.200	R\$ 2.940	R\$ 7.140
R\$ 5.000	R\$ 3.500	R\$ 8.500

R\$ 146.200	R\$ 102.340	R\$ 248.540
R\$ 1.754.400	R\$ 1.228.080	R\$ 2.982.480

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Salários e Encargos) R\$2.982.480 R\$3.174.880

CARGO / FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO	ENCARGOS
Diretor(a) Geral	R\$ 14.000	70%
Diretores(as)	R\$ 12.000	70%
Secretário(a) Geral	R\$ 4.000	70%
Assessoria Jurídica	R\$ 8.000	70%
Assessoria de Comunicação	R\$ 6.000	70%
Coordenador de Projeto	R\$ 6.000	70%
Coordenador de Finanças	R\$ 6.000	70%
Técnico de apoio aos comitês	R\$ 3.000	70%
Técnico Administrativo (nível médio)	R\$ 2.500	70%
Estagiário	R\$ 700	70%
<b>Outro ?</b>	<b>R\$ 1</b>	<b>70%</b>

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Manutenção e apoio)

R\$192.400

R\$ 3.174.880

Discriminação	unidade	quantidade	Custo Unitário Anual	Totais
<b>MANUTENÇÃO</b>				<b>R\$ 150.000,01</b>
Manutenção de Escritório Central	vb	1	R\$	150.000,00 R\$
Manutenção de Escritório Regional 1	vb	4,5	R\$	- R\$
Manutenção de Escritório Regional 2	vb	4,5	R\$	- R\$
Outras Despesas de Manutenção	vb	1	R\$	0,01 R\$
<b>APOIO</b>				<b>R\$ 42.400,00</b>
Apoio realização Plenárias CBH DOCE	vb	4	R\$	1.600,00 R\$
Apoio realização Plenárias CBHs AFLUENTES	vb	36	R\$	1.000,00 R\$
Outras Despesas de Apoio	vb	1	R\$	- R\$
<b>CONTRATAÇÕES (ALTERNATIVA ÀS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO E/OU JURÍDICA)</b>				<b>R\$ -</b>
Contratação Assessoria Jurídica	vb	0	R\$	15.000,00 R\$
Contratação Assessoria de Comunicação	vb	0	R\$	10.000,00 R\$
Outras Contratações	vb	1	R\$	- R\$

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (TOTAIS)

R\$3.174.880

SALÁRIOS	R\$	1.754.400
ENCARGOS	R\$	1.228.080
MANUTENÇÃO	R\$	150.000
APOIO PLENÁRIAS	R\$	42.400
CONTRATAÇÕES	R\$	-
OUTROS	R\$	-

Montante a arrecadar:

R\$ 42.331.733

## MEMÓRIAS DE CÁLCULO

PLENÁRIA CBH DOCE:		R\$	PLENÁRIA AFLUENTES:		R\$	ESCRITÓRIO CENTRAL		R\$	12.500
Auxílio deslocamento SC em Plenárias		R\$ 1.000,00	Auxílio deslocamento SC em Plenárias		R\$ 500,00	Aluguel		R\$	4.000,00
Membros SC	20		Membros SC	15		Água	R\$	300,00	
Membros que demandam ajuda	10		Membros que demandam ajuda	5		Energia elétrica	R\$	500,00	
Valor Unitário	R\$ 100,00		Valor Unitário	R\$ 100,00		Telefone	R\$	2.000,00	
Outros	R\$ -		Outros	R\$ -		Internet	R\$	500,00	
<b>Logística Reunião</b>		<b>R\$ 600,00</b>	<b>Logística Reunião</b>		<b>R\$ 500,00</b>	Segurança		R\$	5.000,00
Espaço	R\$ -		Espaço	R\$ -		Outros	R\$	200,00	
Coffee Break	R\$ 400,00		Coffee Break	R\$ 300,00					
Serviço Som	R\$ 200,00		Serviço Som	R\$ 200,00					
Outros			Outros						
<b>Outras Despesas</b>		<b>0</b>	<b>Outras Despesas</b>		<b>0</b>	<b>ESCRITÓRIO REGIONAL</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
A	R\$ -		A	R\$ -		Aluguel	R\$	-	
B	R\$ -		B	R\$ -		Água	R\$	-	
C	R\$ -		C	R\$ -		Energia elétrica	R\$	150,00	
						Telefone	R\$	500,00	
						Internet	R\$	200,00	
						Segurança	R\$	1.000,00	
						Outros	R\$	250,00	

**EDITAR APENAS CAMPOS EM VERMELHO**

## **Grupo 3**

### **1 – Em relação à estrutura da Agência**

O Grupo em questão apresentou a proposta de diminuir o número de membros da Agência sem perder de vista a sua necessária robustez. Sugeriu, inicialmente, um coordenador regional e trabalhar com terceirizações até atingir um montante de obras significativa para a bacia. Ao final a Agência deverá ter 18 integrantes. Foi dito que a proporcionalidade dos salários deve ser respeitada com índices de reajustes para todos os cargos (evitando assim disparidades salariais em caso de reajustes).

### **2 – Em relação aos cenários apresentados**

O melhor cenário na visão do Grupo é o 1, ficando indefinido em relação a variação A ou B.

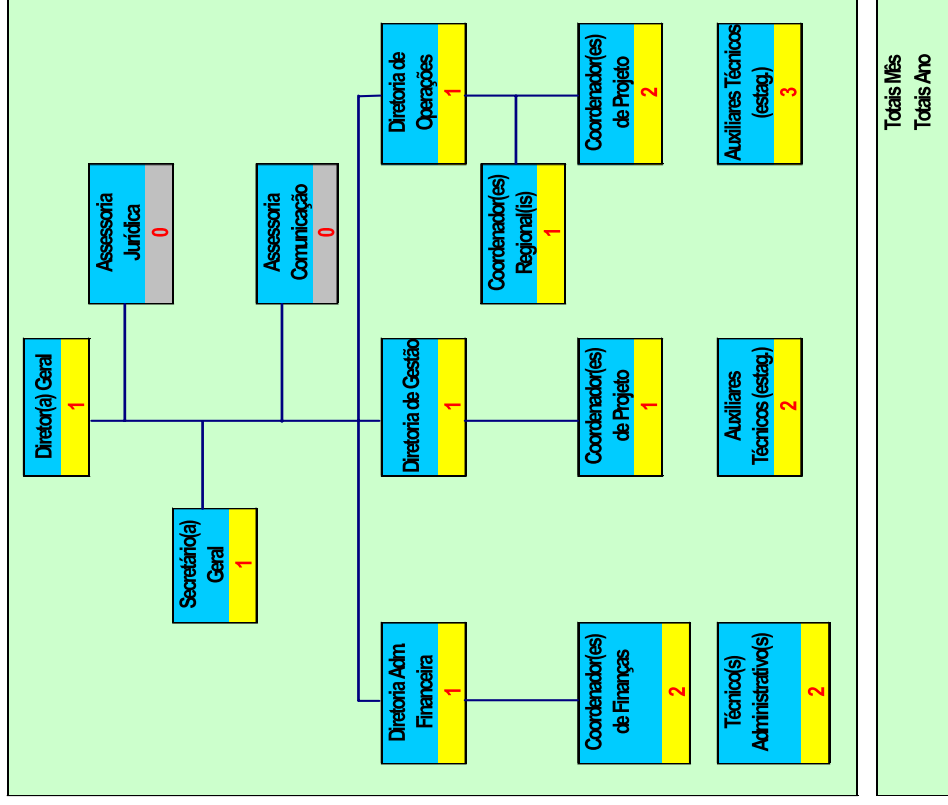
### **3 – Em relação ao modelo jurídico da Agência do Doce**

O melhor modelo jurídico para a Agência, segundo depoimento, é a Entidade Delegatária.

As simulações realizadas pelo grupo estão dispostas abaixo



AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Salários e Encargos) R\$2.029.800 R\$2.244.700



Salários	Encargos	Totais
R\$ 14.000	R\$ 9.800	R\$ 23.800
R\$ -	R\$ -	R\$ -
R\$ 4.000	R\$ 2.800	R\$ 6.800
R\$ -	R\$ -	R\$ -
R\$ 36.000	R\$ 25.200	R\$ 61.200
R\$ 7.000	R\$ 4.900	R\$ 11.900
R\$ 18.000	R\$ 12.600	R\$ 30.600
R\$ 12.000	R\$ 8.400	R\$ 20.400
R\$ 3.500	R\$ 2.450	R\$ 5.950
R\$ 5.000	R\$ 3.500	R\$ 8.500
R\$ 99.500	R\$ 69.650	R\$ 169.150
R\$ 1.194.000	R\$ 835.800	R\$ 2.029.800

CARGO / FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO	ENCARGOS
Diretor(a) Geral	R\$ 14.000	70%
Diretores(as)	R\$ 12.000	70%
Secretário(a) Geral	R\$ 4.000	70%
Assessoria Jurídica	R\$ 8.000	70%
Assessoria de Comunicação	R\$ 6.000	70%
Coordenador de Projeto	R\$ 6.000	70%
Coordenador de Finanças	R\$ 6.000	70%
Coordenador Escritório Regional	R\$ 7.000	70%
Técnico Administrativo (nível médio)	R\$ 2.500	70%
Estagiário	R\$ 700	70%
<b>Outro ?</b>	<b>R\$ 1</b>	<b>70%</b>

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (Manutenção e apoio)

R\$214.900 R\$2.244.700

Discriminação	unidade	quantidade	Custo Unitário Anual	Totais
<b>MANUTENÇÃO</b>				<b>R\$ 172.500,01</b>
Manutenção de Escritório Central	vb	1	R\$	150.000,00 R\$
Manutenção de Escritório Regional 1	vb	0,5	R\$	45.000,00 R\$
Manutenção de Escritório Regional 2	vb	0	R\$	45.000,00 R\$
Outras Despesas de Manutenção	vb	1	R\$	0,01 R\$
<b>APOIO</b>				<b>R\$ 42.400,00</b>
Apoio realização Plenárias CBH DOCE	vb	4	R\$	1.600,00 R\$
Apoio realização Plenárias CBHs AFLUENTES	vb	36	R\$	1.000,00 R\$
Outras Despesas de Apoio	vb	1	R\$	- R\$
<b>CONTRATAÇÕES (ALTERNATIVA ÀS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO E/OU JURÍDICA)</b>				<b>R\$ -</b>
Contratação Assessoria Jurídica	vb	0	R\$	15.000,00 R\$
Contratação Assessoria de Comunicação	vb	0	R\$	10.000,00 R\$
Outras Contratações	vb	1	R\$	- R\$

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (TOTALS)

R\$2.244.700

SALÁRIOS	R\$	1.194.000
ENCARGOS	R\$	835.800
MANUTENÇÃO	R\$	172.500
APOIO PLENÁRIAS	R\$	42.400
CONTRATAÇÕES	R\$	-
OUTROS	R\$	-

Montante a arrecadar:

R\$ 29.929.333

## MEMÓRIAS DE CÁLCULO

(mês)

PLENÁRIA CBH DOCE:	R\$	1.600,00
<b>Auxílio deslocamento SC em Plenárias</b>	<b>R\$</b>	<b>1.000,00</b>
Membros SC		20
Membros que demandam ajuda		10
Valor Unitário	R\$	100,00
Outros	R\$	-
<b>Logística Reunião</b>	<b>R\$</b>	<b>600,00</b>
Espaço	R\$	-
Coffee Break	R\$	400,00
Serviço Som	R\$	200,00
Outros		
<b>Outras Despesas</b>		<b>0</b>
A	R\$	-
B	R\$	-
C	R\$	-

PLENÁRIA AFLUENTES:	R\$	1.000,00
<b>Auxílio deslocamento SC em Plenárias</b>	<b>R\$</b>	<b>500,00</b>
Membros SC		15
Membros que demandam ajuda		5
Valor Unitário	R\$	100,00
Outros	R\$	-
<b>Logística Reunião</b>	<b>R\$</b>	<b>500,00</b>
Espaço	R\$	-
Coffee Break	R\$	300,00
Serviço Som	R\$	200,00
Outros		
<b>Outras Despesas</b>		<b>0</b>
A	R\$	-
B	R\$	-
C	R\$	-

ESCRITÓRIO CENTRAL	R\$	12.500
Aluguel	R\$	4.000,00
Agua	R\$	300,00
Energia elétrica	R\$	500,00
Telefone	R\$	2.000,00
Internet	R\$	500,00
Segurança	R\$	5.000,00
Outros	R\$	200,00

ESCRITÓRIO REGIONAL	R\$	3.750
Aluguel	R\$	1.500,00
Agua	R\$	150,00
Energia elétrica	R\$	150,00
Telefone	R\$	500,00
Internet	R\$	200,00
Segurança	R\$	1.000,00
Outros	R\$	250,00

**EDITAR APENAS CAMPOS EM VERMELHO**

## **Grupo 4**

### **1 – Em relação à estrutura da Agência**

O Grupo concordou com a estrutura da Agência sugerida, sendo implantada paulatinamente ao longo dos quatro primeiros anos. De acordo com o Grupo:

- Diretor Geral deverá acumular, inicialmente, a função de Diretor de Operações;
- Deve-se manter um escritório regional no início, a fim de minimizar os custos com aluguel, segurança. Posteriormente, deve-se pensar na ampliação, de forma gradativa;
- A Diretoria Geral deverá ter apenas um coordenador;
- A Diretoria de Finanças deverá ter 2 técnicos ao invés de 4;
- Deve-se adicionar as despesas da Agência custos de viagens (avião e carro) e combustível.

### **2 – Em relação aos cenários apresentados**

O melhor cenário, na visão do Grupo, é o 2B.

### **3 – Em relação ao modelo jurídico da Agência do Doce**

O melhor modelo jurídico acenado é a Entidade Delegatária, podendo ser revista com o passar do tempo.

Em suma, a partir das apresentações, conclui-se que:

- i) a estrutura de uma Agência robusta deve ser prezada, sendo sua implantação realizada paulatinamente ao longo dos quatro primeiros anos de instalação, com variações em relação aos cargos nos primeiros anos de atuação.
- ii) Houve leituras diferenciadas em relação ao melhor cenário, sendo proposto, inclusive, a busca de intermediários. Dos 4 Grupos, dois indicaram o cenário 2b, um propôs um intermediário entre 1 e 2 e outro indicou o cenário 1. Três dos quatro consideraram razoável o pagamento de preços unitários para transposição maiores que os preços para uso interno na Bacia.
- iii) A idéia de progressividade para o valor da Cobrança foi resgatada, devendo ser aprofundado no processo de definição da Cobrança pelo uso da água.
- iv) Deve-se prever no organograma a estrutura que os comitês mineiros já dispõem em relação a quadros técnicos de apoio, devendo buscar alternativas semelhantes em relação aos comitês capixabas.
- v) O modelo jurídico Entidade Delegatária foi o mais bem avaliado por 3 dos 4 Grupos, sendo que a maioria dos participantes da Oficina, nas discussões em plenária, acenaram como o mais viável.

Além destas propostas, representantes do setor usuário manifestaram sobre a possibilidade do poder público arcar com os déficits iniciais para a manutenção da Agência, minimizando formas de pressão sobre os usuários. Foi dito ainda que o segmento da indústria não considera descartado o cenário 3, proposto em Ouro Preto/MG, sendo que cenários alternativos a esse podem ser elaborados (inclusive manifestaram que já há proposta nesse sentido).

Após estas discussões, partiu-se para os encaminhamentos da Oficina, sendo pactuado a seguinte agenda de trabalho:

- i) As reuniões setoriais, envolvendo representantes da indústria, mineração, agropecuária e saneamento, deverão ocorrer nos dias 21 e

22 de outubro de 2010, em Governador Valadares/MG, sendo iniciada após o encerramento da reunião plenária do CBH-Doce.

- ii) Na cidade de Colatina/ES deverá ocorrer uma reunião com o setor agropecuário no dia 3 de novembro de 2010, com a presença dos técnicos dos órgãos gestores.
- iii) O GTAI deverá reunir nos dias 4 e 5 de novembro de 2010 a fim de propor encaminhamentos as minutas de deliberações a serem apreciadas pela CTIL do CBH-Doce.
- iv) A CTIL deverá reunir no dia 11 de novembro de 2010 para apreciar a proposta, que deverá ser encaminhada a Diretoria do CBH-Doce até o dia 16 de novembro de 2010.
- v) A última reunião plenária do CBH-Doce deverá ocorrer no dia 16 de dezembro de 2010 para deliberar sobre a Cobrança e Agência.

Após esses encaminhamentos a Oficina foi considerada encerrada.

### **III – Anexos**

---

(encaminhado em documento separado)



# ANEXO I – LISTAS DE PRESENÇA

Dia 6/10/10


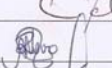


1

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010 LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
1	Adriana Rasslia Bazon	Sind. Trab. Rurais Sta Teresa		adria.rubia@ig.com.br (31) 3858-1088
2	Afonso Luiz Bretas	Sind. Produtores Rurais de G.V.		SIND. PROD. RURAIS DE G.V. (33) 3221-4038
3	Aliamar Comério	INCAPER		ALIAMARCOMERIO@INCAPER.COM.BR 31904000-21/9907.1430
4	Aline Keller Serau	IEMA		aserau@iema.es.gov.br
5	Ana Paula Bissoli	Consórcio do Rio Guandu		
6	Ananda Coutinho	IEMA		anandacoutinho@iema.es.gov.br (27) 3136-3528
7	André Luiz Sefione	CESAN		andre.sefione@cesan.com.br
8	Andréia Pereira Carvalho	SEAMA		ANDREIA.PEREIRA@SEAMA.COM.BR - 3136 2507
9	Andréia Ruas das Neves	CESAN (27) 9849-9347		andrea.ruas@cesan.com.br
10	Breno Esteves Lasmar	IGAM		BRENO.LASMAR@MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR



2

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010 LOCAL: Colatina-ES

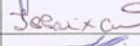


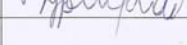


	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
11	Bruno Luyiz Bridi	Agricultor		bruno.luyiz@fotma.l.com
12	Daniel Pereira de Araújo	Pref. Mun. Colatina-ES		daniel.pereira@ig.com.br Tel. 27-3127-7087 e 9957-1082
13	Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira	IGAM		deboraviterbo@meioambiente.mg.gov.br 31-39151298
14	Edson Valgas de Paiva	CENIBRA (31) 9232-0803		edson.paiva@cenibra.com.br (31) 38285116 / 92320803
15	Élio de Almeida Cordeiro	IFES/Santa Teresa		cordeiro@IFES@GMAIL.COM
16	Elisa Maria Costa	Pref. Mun. Gov. Valadares		
17	Fabiano Henrique da Silva Alves	UAR/ANA		FABIANO.ALVES@UAR.GOV.BR (33) 3226-5477
18	Fábio Brasileiro	Pref. Municipal Gov. Valadares		FABIO.BRASIL@VALADARES.PREV.BR
19	Felipe Benício Pedro	Sindicato Metabase de Itabira		
20	Gerson Gonçalves de Laia	Sind. Trab. Rurais de Mantenedópolis		

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

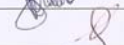

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
21	Gilse Olinda Moreira Barbieri	Prefeitura Municipal Colatina		gibeolinda@yahoo.com.br
22	Giovanna Guimarães de Menezes	APRAPUHA		giovannaadmunicipal@gmail.com
23	Isaura Pereira da Paixão	SIND.PRODUTORES RURAIS DE MANHUAÇU		isaura-pp2009@hotmail.com
24	Jaeder Lopes Vieira	Instituto Terra		JAEDEP@INSTITUTO TERRA.ORG
25	João Alves Filho	INSTITUTO PRÓ RIO DOCE		joaoalvesfilho@prorio.com.br
26	Joema Alvarenga	INSTITUTO PRÓ RIO DOCE		joemalvarenga12@hotmail.com
27	Jorge Lombardi	FIBRIA		JL@FIBRIA.COM.BR
28	José Alfredo Padovani	SIND.PRODUTORES RURAIS		
29	José Ângelo Paganini	Fundação Relictos		jpaganini@relictos.org.br
30	José Estevam da Silva	PM ITABIRA		ambienteitabira@yahoo.com.br

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
31	José Gonçalves	SAAE-Itabira/CBH-S. Antônio		
32	Joseane Viola Coelho	Prefeitura de Baixo Guandu		
33	Leonardo Deptulsk	PM COLATINA		
34	Lucas Henrique Caser Venturim	SANEAR		
35	Luciane Teixeira Martins	Pref. Municipal de Gov. Valadares		
36	Luiz Cláudio de Castro Figueiredo	VALE		
37	Marcelo Axer Alves Rezende	CENIBRA		
38	Maria Aparecida Salles Franco	Germinal Consultoria		GERMINARCONSULT@1801.COM.BR (35) 3331-1133 8406128
39	Maria Célia Gama Peres	BRSCAN		
40	Maria do Socorro Hemétrio Caldeira	Prefeitura Municipal de Joanésia		

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
41	Marina de Macedo Carvalho	Assoc. Amigos do Rio Caratinga	<i>Marina de Macedo</i>	(37) 8426 4988 / maximazebe@valeo.com.br
42	Murilo Auter Tavares	AARCA	<i>Murilo Auter Tavares</i>	
43	Nelson Neto de Freitas	ANA	<i>Nelson Neto de Freitas</i>	nelsonneto@ana.gov.br / 91618480
44	Ney Albert Murtha	ANA	<i>Ney Albert Murtha</i>	Murtha@ana.gov.br
45	Patrícia Sena Coelho	FIEMG	<i>Patrícia Sena Coelho</i>	(31) 3263-4504 patricia.coelho@fiems.com.br
46	Patrick Thadeu Thomas	ANA	<i>Patrick Thadeu Thomas</i>	61-21095437 / patrick@ana.gov.br
47	Paulo Célio de Figueiredo	CONSÓRCIO ÁGUAS LIMPAS		
48	Roberto Cezar de Almeida	FAEMG	<i>Roberto Cezar de Almeida</i>	robertoc@fazenda.gov.br / 33-99892672
49	Robson Monteiro dos Santos	IEMA	<i>Robson Monteiro dos Santos</i>	robson@iema.es.us.br (27) 31363531
50	Rodrigo Flecha Ferreira Alves	ANA	<i>Rodrigo Flecha Ferreira Alves</i>	rodalff@ana.gov.br (61) 21095240

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
51	Rodrigo Vargas Amaral	CEMIG		
52	Sanzio José Borges	SAAE de Viçosa		
53	Sérgio Gustavo Rezende Leal	IGAM	<i>Sérgio Gustavo Rezende Leal</i>	sergioleal@meioambiente.mg.gov.br
54	Stela Fátima Drumond Azevedo	Fundação Relictos	<i>Stela Fátima Drumond Azevedo</i>	3225-2188 stela@relictos.org.br
55	Tânia Maria Duarte	CISAB		
56	Túlio Bahia	IGAM	<i>Túlio Bahia</i>	tulio.bahia@meioambiente.mg.gov.br
57	Valdete Soares Santos Gomes	SAAE BAIXO GUANDU	<i>Valdete Soares Santos Gomes</i>	valdesoares@gmail.com
58	Viviane da Silva Paes	IEMA	<i>Viviane da Silva Paes</i>	vpaes@iema.es.gov.br
59	Vongton Batista de Amorim	Prefeitura Municipal de Aimorés	<i>Vongton Batista de Amorim</i>	meioambiente@aimores.mg.gov.br
60	Wyllian Giovanni de Moura Melo	IGAM / Núcleo de apoio CBHs	<i>Wyllian Giovanni de Moura Melo</i>	wyllian.melo@meioambiente.mg.gov.br



5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
61	Denise Birra Ribeiro	IGMA   GRH   SUPLEN	<i>Denise</i>	(27) 3136-3528 DENISE@IGMA.ES.GOV.BR
62	GUILHERME RIBEIRO GIUBERTI	SITIO BARRA DO PARAÍSO	<i>Guilherme</i>	(27) 3177-7902 / 9904-4484 GREGIUBERTI@YAHOO.COM.BR
63	Stela Latina Drummond Paganini - Fundação Reletos		<i>Stelima</i>	91 3221-2188 Stelapaganini@hotmail.com
64	Marcos Ken Rezende	CEMIBRA	<i>Marcos</i>	marcos.rezende@cemibra.com.br
65	Hugo Roldi Guariz	PMSRC-SMMA	<i>H Guariz</i>	hugoroldi@igabos.com.br
66	Wesley A. Campantaro	PMSRC-SMMA	<i>Wesley</i>	wesley-ac@btmail.com
67	SERGIO FRANCISCO DA SILVA	STR (Serviço de Regulação)	<i>Sergio Francisco da Silva</i>	99 94 79 01 9 9 38 7 5 01
68	Arnona Benvenuto	SEAMA / ES	<i>Arnona</i>	Arnona@SEAMA.ES.GOV.BR
69	Aécio Keller Seau	ETA / ES	<i>Aécio Keller</i>	aseau@eta.es.gov.br 9931-4324
70	João Lopes Neto	FISMA COLATINA	<i>João</i>	JLNETO@FISMA7.COM.BR

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 06/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
71	Marcos Birculer de Oliveira	PMST	<i>Marcos Birculer</i>	marcosbirculer@vivo.com.br (27) 9922-2007
72	Luiz F. T. Natali	PMST	<i>Luiz Natali</i>	luiznatali@bol.com.br 2476-7049
73	Henrique Klo	IBRAN	<i>Henrique Klo</i>	henrique.klo@viva.com
74	CARLOS ALBERTO DA S. JR	CESAU	<i>Carlos da S. Jr</i>	CARLOS.SILVA@CESAU.COM.BR
75	JANCY RÔMULO A. VAPAS	CONSORCIO RIOGUANABÁ	<i>Jancy Romulo</i>	CONSORCIORIOGUANABAU@YAHOO.COM
76				
77				
78				
79				
80				

Dia 7/10/10



1

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
1	Adriana Rasslia Bazon	Sind. Trab. Rurais Sta Teresa		
2	Afonso Luiz Bretas	Sind. Produtores Rurais de G.V.	<i>Afonso Luiz Bretas</i>	SRGV@SRGV.com.br (31) 3291-4038
3	Aliamar Comério	INCAPER		AliamarComerio@yahoo.com.br (27) 9989.1430
4	Aline Keller Serau	IEMA	<i>Aline Keller Serau</i>	aserau@iema.es.gov.br
5	Ana Paula Bissoli	Consórcio do Rio Guandu		
6	Ananda Coutinho	IEMA	<i>Ananda B. Coutinho</i>	acoutinho@iema.es.gov.br (27) 3135-3136-3520
7	André Luiz Sefione	CESAN	<i>André Luiz Sefione</i>	andre.sefione@cesan.com.br
8	Andréia Pereira Carvalho	SEAMA	<i>Andréia Pereira Carvalho</i>	AndreiaLko@seama.es.gov.br 31263509
9	Andréia Ruas das Neves	CESAN (27) 9849-9347	<i>Andréia Ruas das Neves</i>	andrea.neves@cesan.com.br
10	Breno Esteves Lasmar	IGAM		



2

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
11	Bruno Luyiz Bridi	Agricultor		
12	Daniel Pereira de Araújo	Pref. Mun. Colatina-ES		
13	Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira	IGAM	<i>Débora de Viterbo dos Anjos Oliveira</i>	deboraviterbo@meioambiente.mg.gov.br 31-39151298
14	Edson Valgas de Paiva	CENIBRA (31) 9232-0803	<i>Edson Valgas de Paiva</i>	Edson.Valgas@cenibra.com.br (31) 38295116
15	Élio de Almeida Cordeiro	IFES/Santa Teresa		
16	Elisa Maria Costa	Pref. Mun. Gov. Valadares		
17	Fabiano Henrique da Silva Alves	UAR/ANA	<i>Fabiano Henrique da Silva Alves</i>	FABIANO_HENRIQUE_SILVA@UAR.MG
18	Fábio Brasileiro	Pref. Municipal Gov. Valadares		
19	Felipe Benício Pedro	Sindicato Metabase de Itabira	<i>Felipe Benício Pedro</i>	felipe.pedro@itabira.com.br
20	Gerson Gonçalves de Laia	Sind. Trab. Rurais de Mantenópolis		

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES




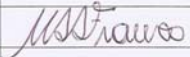
	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
21	Gilse Olinda Moreira Barbieri	Prefeitura Municipal Colatina		CBHs@colatina.es.gov.br gilseolinda@yahoo.com.br
22	Giovanna Guimarães de Menezes	APRAPUHA		gguimaraesadvocacia@uol.com.br
23	Isaura Pereira da Paixão	SIND.PRODUTORES RURAIS DE MANHUAÇU		
24	Jaeder Lopes Vieira	Instituto Terra		
25	João Alves Filho	INSTITUTO PRÓ RIO DOCE		joaoalvesfilho@yahoo.com.br
26	Joema Alvarenga	INSTITUTO PRÓ RIO DOCE		
27	Jorge Lombardi	FIBRIA		
28	José Alfredo Padovani	SIND.PRODUTORES RURAIS		
29	José Ângelo Paganini	Fundação Relictos		jpaganini@relictos.org.br
30	José Estevam da Silva	PM ITABIRA		ambiente@itabira.fajahoo.com.br

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
31	José Gonçalves	SAAE-Itabira/CBH-S. Antônio		
32	Joseane Viola Coelho	Prefeitura de Baixo Guandu		
33	Leonardo Deptulsk	PM COLATINA		
34	Lucas Henrique Caser Venturim	SANEAR		
35	Luciane Teixeira Martins	Pref. Municipal de Gov. Valadares		
36	Luiz Cláudio de Castro Figueiredo	VALE		
37	Marcelo Axer Alves Rezende	CENIBRA		
38	Maria Aparecida Salles Franco	Germinar Consultoria		GERMINARCONSULT@ BOL.COM.BR(03)94026128
39	Maria Célia Gama Peres	BRSCAN		
40	Maria do Socorro Hemétrio Caldeira	Prefeitura Municipal de Joanésia		



5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

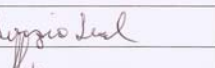


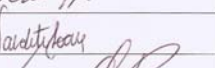
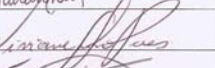
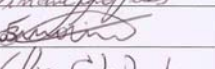
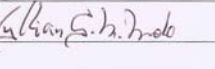
	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
41	Marina de Macedo Carvalho	Assoc. Amigos do Rio Caratinga		
42	Murilo Auler Tavares	AARCA		AGRICULTURA WARRAM, MURILAO VAHOO.COM.BR
43	Nelson Neto de Freitas	ANA		
44	Ney Albert Murtha	ANA		
45	Patrícia Sena Coelho	FIEMG		patricia.sena@fiemg.com.br (31) 3263-4509
46	Patrick Thadeu Thomas	ANA		patrick@ana.gov.br
47	Paulo Célio de Figueiredo	CONSÓRCIO ÁGUAS LIMPAS		
48	Roberto Cezar de Almeida	FAEMG		robertocezar@lactacion.com 33-99892672 (27) 3132-3537
49	Robson Monteiro dos Santos	IEMA		robson@iema.es.gov.br
50	Rodrigo Flecha Ferreira Alves	ANA		

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

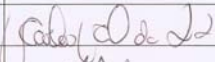
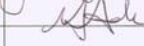
	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
51	Rodrigo Vargas Amaral	CEMIG		
52	Sanzio José Borges	SAAE de Viçosa		
53	Sérgio Gustavo Rezende Leal	IGAM		sergio.leal@meioambiente.mg.gov.br
54	Stela Fátima Drumond Azevedo	Fundação Relictos		stela.fatima@relictos.com.br
55	Tânia Maria Duarte	CISAB		
56	Túlio Bahia	IGAM		tulio.bahia@meioambiente.mg.gov.br
57	Valdete Soares Santos Gomes	SAAE BAIXO GUANDU		
58	Viviane da Silva Paes	IEMA		vpaes@iema.es.gov.br
59	Vongton Batista de Amorim	Prefeitura Municipal de Aimorés		
60	Wyllian Giovanni de Moura Melo	IGAM / Núcleo de apoio CBHs		

5ª OFICINA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS  
HÍDRICOS E AGÊNCIA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO DOCE

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 07/10/2010

LOCAL: Colatina-ES

	NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA	EMAIL/TELEFONE
61	Carlos Alberto da Silva Jr	CESAN		CARLOS.SILVA@CESAN.COM.BR/
62	Marcelo Azevedo Regende	CEVIBRA		marcelo.regende@cevibra.com.br
63				
64				
65				
66				
67				
68				
69				
70				



## **ANEXO II - APRESENTAÇÕES**

### **(A) – RESULTADOS DA 4ª OFICINA, GRADE E PROPOSTA METODOLÓGICA**

#### **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce:**

4ª Oficina: Ouro Preto, 24 e 25 de agosto de 2010.

Objetivo: dar seguimento às discussões com vistas a implementação da cobrança pelo uso da água e agência de água na bacia do Doce

#### **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce: breve histórico**

4ª Oficina: Ouro Preto, 24 e 25 de agosto de 2010

Discussões:

- Cobrança:
  - Passos para a implantação da cobrança pelo uso da água
  - Condicionantes Legais (ES, MG, Leg. Federal)
  - Programas do PIRH-Doce, prioridades e valores
  - Estimativas de receitas para a Bacia do Doce
  - Cenários para a cobrança (4) – atribuição de valores
  - Discussões em grupos de trabalho e plenária (vantagens e desvantagens)

## **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce: breve histórico**

4ª Oficina: Ouro Preto, 24 e 25 de agosto de 2010

Discussões:

- Agência:
  - Aspectos Legais – atribuições e competências
  
  - Modelo de Agência proposto no PIRH-DOCE: arranjo institucional e estrutura
  
  - Discussões em grupos de trabalho e plenária

## **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce: breve histórico**

4ª Oficina: Ouro Preto, 24 e 25 de agosto de 2010

Encaminhamentos:

- Repasse da nota técnica elaborada pela ANA a todos os participantes até 3 de setembro
  
- Repasse, por escrito, de sugestões à ANA até 17 de setembro
  
- ANA sugere novos cenários (cobrança e agência) – considerando os cenários 1 e 2
  
- Insumo para a 5ª oficina onde novos cenários poderão ser elaborados

## **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce:**

5ª Oficina: Colatina, 6 e 7 de outubro de 2010.

Objetivo:

- Dar seguimento às discussões com vistas a implementação da cobrança pelo uso da água e agência de água na bacia do Doce

### **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce: breve histórico**

5ª Oficina: Colatina, 6 e 7 de outubro de 2010.

Programação:

**Dia 6/10**

08:30 - 09:00 Credenciamento e entrega de material

09:00 - 09:15 Abertura e apresentação dos resultados da oficina anterior e exposição da metodologia da 5ª oficina

09:45 – 10:30 Apresentação sobre a personalidade jurídica da agência de água (IGAM)

10:30 – 10:45 Intervalo

10:45 – 12:00 Discussões sobre a personalidade jurídica da agência de água

12:00 – 14:00 Almoço

14:00 – 15:30 Apresentações sobre estrutura da agência de água e refinamento das simulações sobre valores de cobrança apresentadas na 4ª oficina (ANA, IGAM e IEMA)

15:30 – 18:00 Discussões sobre a estrutura da agência e simulações de cobrança (intervalo previsto para as 16h)

## **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce: breve histórico**

5ª Oficina: Colatina, 6 e 7 de outubro de 2010.

Programação:

**Dia 7/10**

08:30 – 10:30 Dinâmica em grupos de trabalho

10:30 – 10:45 Intervalo

10:45 – 12:00 Continuação das discussões sobre estrutura da agência e valores de cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

12:00 – 14:00 Almoço

14:00 – 15:30 Encaminhamentos da 5ª Oficina

15:30 – 15:45 Encerramento

15:45 – 17:30 Reunião do GTAI

## **Oficina para Implantação da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na Bacia do Rio Doce: breve histórico**

5ª Oficina: Colatina, 6 e 7 de outubro de 2010.

Perguntas orientadoras para os trabalhos em grupo:

1.A estrutura de agência está adequada? Se não está, quais alterações são necessárias? Alterar a estrutura? Alterar os salários? Alterar as despesas de manutenção e apoio? Entre outras.....


2.Com base na estrutura de agência proposta, qual o cenário de cobrança mais adequado para garantir a sustentabilidade financeira da agência – cenário 1A ou 2A? Porque?

3.A partir do cenário escolhido, qual a variação mais adequada, A ou B? Porque?

## (B) – PERSONALIDADE JURÍDICA DA AGÊNCIA DE ÁGUA



SISEMA  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos




**AGÊNCIA DE ÁGUAS DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE**

**OFICINA DE PERSONALIDADE JURÍDICA**

**QUAL TIPO DE AGÊNCIA É MAIS  
ADEQUADO PARA A BACIA DO RIO  
DOCE?**

**06 de Outubro de 2010**





## PREMISSAS PARA A AGÊNCIA DO DOCE

### Características financeiras

- é sustentada pelos recursos da cobrança
- gerencia os recursos dos três domínios
- tudo que adquire é público
- utiliza procedimentos únicos para a aplicação dos recursos
- utiliza de procedimentos únicos para as compras
- prestação de contas padronizada, para os três entes (União e Estados)



## PREMISSAS PARA A AGÊNCIA DO DOCE

### Características técnicas

- elabora ou contrata todos os trabalhos técnicos
- exerce progressivamente todas as atribuições legais
- diretoria técnica escolhida por suas capacidades técnicas
- empregados contratados por processo seletivo / concurso
- sede única para os trabalhos técnicos
- elaboração ou contratação e acompanhamento da execução dos Planos



## PREMISSAS PARA A AGÊNCIA DO DOCE

### Características administrativas e gerenciais

- atua visando o alcance de resultados – relação contratual
- comitê diz o que fazer por instrumentos de contratação:
  - **contrato de gestão ou acordo de resultados**
  - plano de aplicação anual ou plurianual
- diretoria diz como fazer (autonomia na execução)
- diretoria pode ser trocada em função dos resultados alcançados
- comitê acompanha e avalia o alcance das metas



## PREMISSAS PARA A AGÊNCIA DO DOCE

### Relação com os comitês

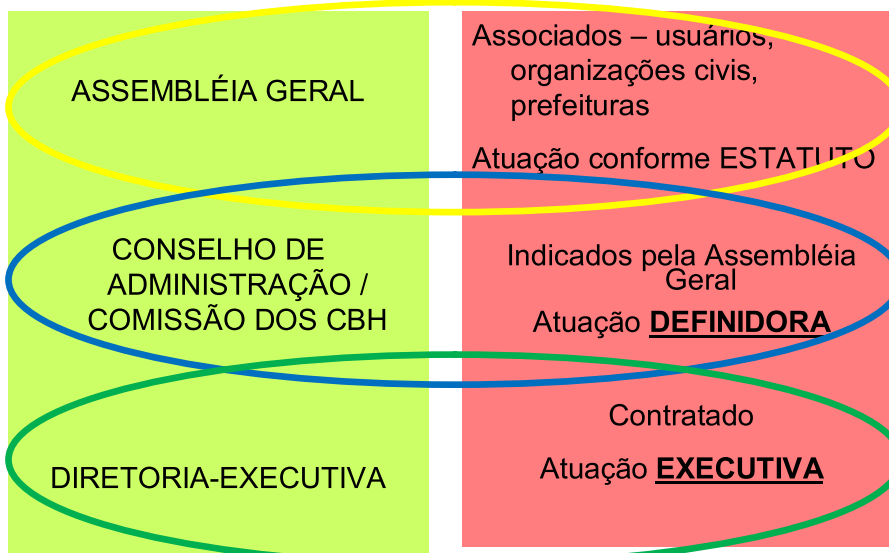
- executa ações de secretaria-executiva
- diretoria escolhida pelo comitê – critérios técnicos
- não tem empregado ou dirigente vinculado aos comitês

## PREMISSAS PARA A AGÊNCIA DO DOCE

### Relação com os órgãos outorgantes – ANA / IEMA / IGAM

- atende a metas e é submetida a avaliação de resultados
- atende procedimentos de aplicação dos recursos
- atende procedimentos de prestação de contas
- é fiscalizada quanto à aplicação de normas e dos recursos
- atua como parceria subsidiando a regulação
- pode ter servidor no período de instalação

## ENTIDADE DELEGATÁRIA - ASSOCIAÇÃO CIVIL





## AGÊNCIA DE ÁGUA - CONSÓRCIO PÚBLICO

ASSEMBLÉIA GERAL	<p>União / ES / MG</p> <p>Indicados pelo chefe do executivo</p> <p>Atuação <b>HOMOLOGADORA</b></p>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	<p>Indicados pelos CBHs</p> <p>Usuários, Sociedade Civil e Municípios</p> <p>Atuação <b>DEFINIDORA</b></p>
DIRETORIA-EXECUTIVA	<p>Indicado pelos CBHs</p> <p>Atuação <b>EXECUTIVA</b></p>

	Como é a arrecadação? E a cobrança dos atrasados?	Quais as atribuições?	Conselho de Administração: como constituir?
ENTIDADE DELEGATÁRIA	Órgãos Gestores operacionalizam e Agência articula	Lei 9.433/97, exceto o inciso III; Art. 41	Convocação por Edital aprovado pelos CBHs
Vantagens	Aproveita a estrutura do Estado	Menor gasto administrativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Rapidez na Formação</li> <li>•Edital contempla a busca da viabilidade técnica efetiva por meio do comitê</li> <li>•Maior publicidade, tendo como pressuposto a efetividade para gestão</li> </ul>
CONSÓRCIO PÚBLICO	Arrecadação executada pelo consórcio de forma única para toda a Bacia	Arrecadação dos recursos da Cobrança	Ratificação do Protocolo de Intenção pelos Poderes Legislativos, Estaduais e Federal
Vantagens	Arrecadação de forma direta: recurso certo (mesmo inadimplente) Funcionários públicos podem ser cedidos	Pode fazer a opção de cobrar ou não	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Instância definitiva (estabilidade)</li> <li>•Pode ser construído pelo Comitê o protocolo de intenção a fim de ser ratificado</li> </ul>



	<b>Normas para a aplicação e contratação dos recursos?</b>	<b>E a prestação de contas?</b>	<b>Diretoria: quem e como escolher? Quem nomeia?</b>
ENTIDADE DELEGATÁRIA	De acordo com o Plano e Normas dos órgãos gestores	Atender 3 contratos de gestão, 3 tribunais de conta e 3 legislações diferentes	Entidade; conforme perfil estabelecido pelo Comitê; Representante legal da entidade
Vantagens	Legislação mais flexível		Comitê pode influir na escolha do Diretor
CONSÓRCIO PÚBLICO	Lei 8.666, alterada pela Lei dos Consórcios	Aprovado pelos órgãos de controle dos entes consorciados	Conselho administrativo seleciona e comitê aprova; Nomeada pelo Conselho de Administração por delegação da Assembléia
Vantagens	Menor oposição dos órgãos de controle	Apenas 1 (uma prestação de contas apenas)	Comitê pode indiretamente indicar o diretor



	<b>Diretoria: quem e como avaliar? Como substituir?</b>	<b>Conselho de administração: quem e como escolher? Quem nomeia?</b>	<b>Conselho: quem e como avaliar? Como substituir?</b>
ENTIDADE DELEGATÁRIA	Entidade e CBHs por meio do cumprimento das metas do contrato de gestão; Demitir e iniciar novo processo de contratação	Assembléia Geral por meio dos critérios estabelecidos pela entidade e eleição; Representante legal da entidade	Assembléia Geral segundo estatuto; conforme critérios objetivos previstos no regimento
Vantagens	Substituição mais ágil		Participação de representantes do Comitê na Assembléia Geral
CONSÓRCIO PÚBLICO	Conselho de Administração mediante o cumprimento das suas atribuições; a substituição é a mesma da nomeação	Assembléia nomeada por indicação do Comitê	Avaliação política dos Comitês; substituição ao final do mandato
Vantagens		Maior controle do Comitê	Mais poder ao Comitê



## CONSÓRCIO PÚBLICO – ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO

- ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES PELOS COMITÊS E PELOS GOVERNOS ESTADUAIS (ES e MG) E UNIÃO.
- INDICAÇÃO DO CONSÓRCIO, PARA OS CONSELHOS, COMO AGÊNCIA DE BACIA DOS RESPECTIVOS COMITÊS
  - APROVAÇÃO PELOS CONSELHOS
- APROVAÇÃO DE LEI NO CONGRESSO, ALES, ALEMG CRIANDO CONSÓRCIO



## ENTIDADE DELEGATÁRIA, EQUIPARADA E OS – ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO

- PUBLICAÇÃO CONJUNTA (CBH's DOCE e AFLUENTES) DO EDITAL DE SELEÇÃO
  - DELIBERAÇÃO CBH's DOCE e AFLUENTES INDICANDO ENTIDADE AOS CONSELHOS
  - OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL (ES)
- DELEGAÇÃO (CNRH), EQUIPARAÇÃO (CERH-MG) e APROVAÇÃO (CERH-ES)

## (C) – ESTRUTURA DE AGÊNCIA PARA A BACIA DO DOCE



# AGÊNCIA DE ÁGUA : Estrutura

*5ª Oficina para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia do rio Doce*

Colatina-ES, 06 e 07 de outubro de 2010

**NELSON NETO DE FREITAS**  
Gerente de Gestão de Recursos Hídricos  
Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos  
**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS**

1



## Temas já abordados na 4ª oficina:

1. Antecedentes
2. Objetivos e Competências
  - 2.1 **Legislação e Atribuições**
    - Lei Federal nº 9.433/97
    - Lei Estadual 13.199/99 (MG)
    - Lei Estadual 5.818/98 (ES)
  - 2.2 **Premissas e Princípios**
3. Estrutura

2

## Antecedentes



## Objetivos e Competências da Agência de Água

## Legislação e Atribuições

**Função de secretaria executiva** (art 41, Lei 9433/97)

**Mesma área de atuação de um ou mais comitês** (art 42, Lei 9433/97)

**A criação** da Agência de Água é **autorizada** pelo CNRH ou pelos CERHs, **mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica.**(§ único, art.43, 9433/97)

**Requisitos para criação** (art. 43, 9433/97)

I - prévia existência do respectivo ou respectivos **Comitês** de Bacia Hidrográfica;

II - **viabilidade financeira** assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.

6

**Competências:** (art. 44, 9433/97)

- Manter **balanço** atualizado da disponibilidade de recursos hídricos
- Elaborar **cadastro** de usuários de recursos hídricos;
- Efetuar **cobrança** pelo uso de recursos hídricos\*;
- Analisar e emitir **pareceres sobre os projetos e obras**;
- Acompanhar a **administração financeira dos recursos arrecadados**;
- Gerir o **Sistema de Informações** sobre Recursos Hídricos;
- Celebrar **convênios e contratar financiamentos e serviços**;
- Elaborar a sua **proposta orçamentária**;
- Promover os **estudos necessários para a gestão dos RH**;
- Elaborar o **Plano de Recursos Hídricos**;
- Propor ao(s) Comitê(s) :
  - a) o **enquadramento**;
  - b) os **valores a serem cobrados**;
  - c) o **plano de aplicação dos recursos arrecadados**;
  - d) o **rateio de custos das obras de uso múltiplo**.

7

## Premissas e Princípios

Características financeiras

Características técnicas

Características administrativas e gerenciais

Relação com os comitês

Relação com órgãos outorgantes ANA-IEMA-IGAM

8

## Premissas e Princípios

### Recomendação do PIRH Doce (aprovado em 14.07.2010)

Agência **Única** para todos os Comitês / Bacias:

- gerir os recursos financeiros arrecadados em **todos os domínios**
- atender a todas as deliberações dos Comitês
- atuar como secretaria executiva dos Comitês
- cumprir metas de gestão pactuadas com os Comitês e com os outorgantes (ANA, IEMA e IGAM)

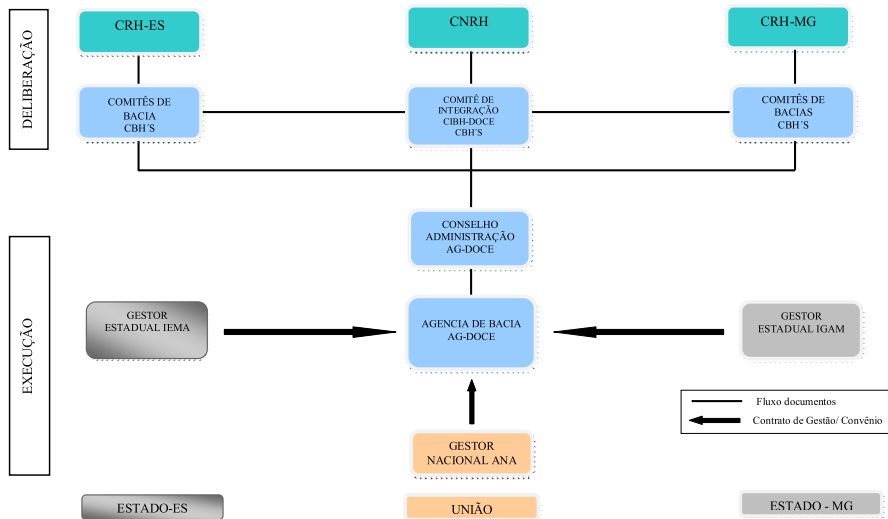
Exercer as funções definidas nas leis 9433 (Federal),  
13.199 (MG) e 5.818/98 (ES)

9

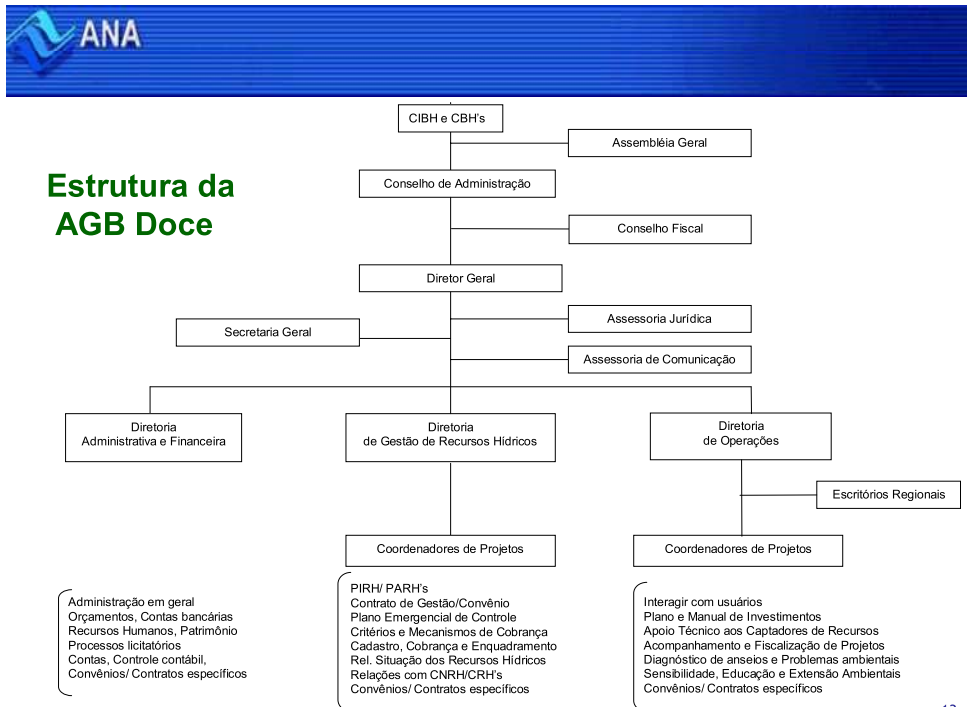
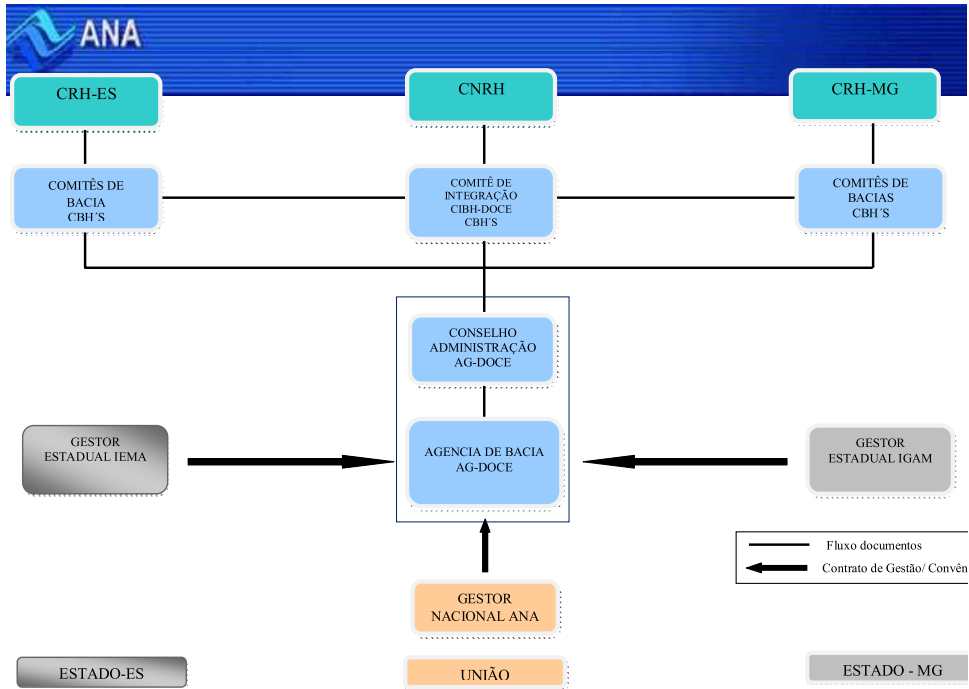
## Estrutura da Agência de Água

10

QUADRO 1 - PROPOSTA DE ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A BACIA DO RIO DOCE

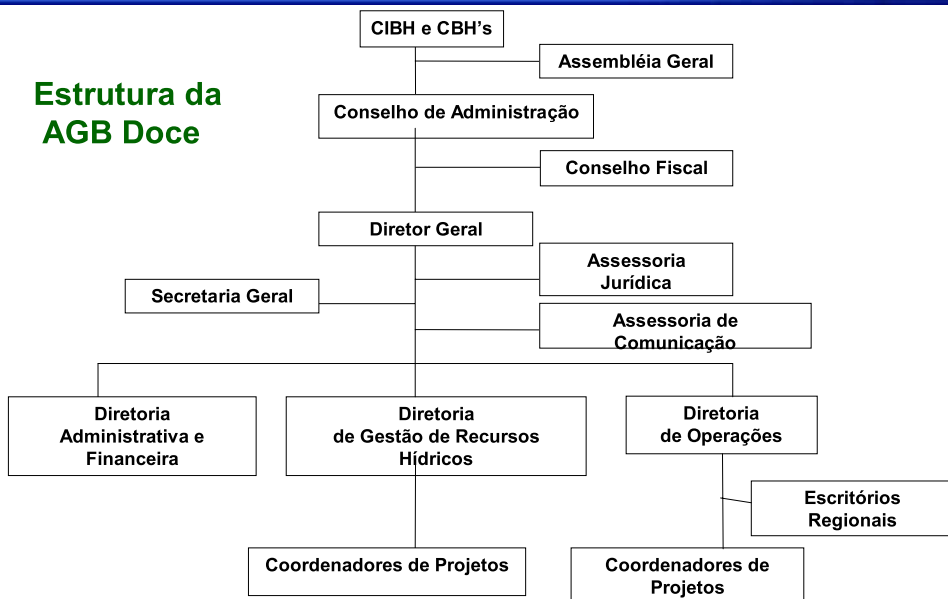








## Estrutura da AGB Doce



14



## Recursos Humanos da Agência da Bacia do Rio Doce

CARGOS	FUNÇÃO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO
<b>Inicial</b>			
Diretor Geral	Gerencial	1	TNS sênior
Secretaria Geral	Técnica	1	TNS pleno
Assessoria Jurídica	Técnica	1	TNS pleno
Assessoria de Comunicação	Técnica	1	TNS pleno
Diretores	Gerencial	3	TNS sênior
<b>Total Inicial</b>		<b>7</b>	
Coordenadores regionais	Técnica	2	TNS pleno
Coordenadores de projeto	Técnica	9	TNS pleno
Aux. técnicos e adm. (1)	Técnica	5	TNM
<b>Total final</b>		<b>23</b>	
Auxiliares técnicos (2)	Técnica	8	Estagiário

15

### Atribuições:

**Assembléia Geral:** Órgão integrante da estrutura da Agência, cujos membros representam os instituidores da Ag-Doce. (Estados e União, no caso de entidade de direito público)

A Assembléia Geral possui atribuições específicas, que não se conflitam com as atribuições dos comitês. (Há que se ter os devidos cuidados para que não venham ocorrer conflitos de competências entre a Assembléia Geral e os Comitês, devendo prevalecer os Comitês como instância única e máxima sobre a gestão dos recursos hídricos da bacia e sobre a estrutura organizacional da Ag-Doce).

**Conselho de Administração:** Colegiado Deliberativo. Órgão executivo máximo da Ag-Doce, encarregado de acompanhar o fiel cumprimento das decisões dos comitês. (membros são oriundos ou indicados do CIBH, no caso de entidade de direito público).

**Conselho Fiscal:** Colegiado de fiscalização interna, cujos membros são oriundos ou indicados pela Assembléia Geral.

### Atribuições:

**Diretor Geral:** Executivo responsável pela condução técnica, administrativa e financeira da Agência e pela sua estratégia operacional.

**Secretaria Geral:** Tem a função de ser a Secretaria da Ag-Doce e de prestar apoio administrativo e logístico ao funcionamento do CIBH, CBH's, Assembléia Geral e Conselho de Administração.

**Assessoria Jurídica:** Tem a função de prestar assessoria jurídica aos processos administrativos, contratos e convênios.

**Assessoria de Comunicação:** Responsabiliza-se pelo site, pela comunicação interna entre os órgãos e entidades participantes do sistema de gestão da bacia do rio Doce e pela demanda externa (imprensa e atendimento ao público). Coordena a documentação e a disponibilização do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da bacia.

### Atribuições:

**Diretoria Administrativa e Financeira:** Tem a função básica de gerenciar os recursos da cobrança, o orçamento geral, as contas bancárias, os recursos humanos, os processos licitatórios, as compras e os seus contratos específicos com terceiros. Presta apoio administrativo e financeiro às demais áreas, diretorias e órgãos da Ag-Doce e responsabiliza-se pelo patrimônio e pelo controle e acompanhamento contábil.

### Atribuições:

**Diretoria de Gestão de Recursos Hídricos:** Tem a função básica de gerenciar a implementação dos instrumentos de gestão. Responsabiliza-se: pelo PIRH e PARH's, suas atualizações e implementações; os contratos de gestão; Relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos; pelos critérios e mecanismos de cobrança; pelas ações de cadastro, cobrança e enquadramento, em estreita colaboração com os órgãos gestores; pelas relações com o CNRH e CERH's e pelos seus contratos específicos com terceiros. Desenvolve estudos sobre os usos das águas (qualidade e quantidade) visando aperfeiçoamento da gestão e propõe aos CBHs o rateio do custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. Interage com a Secretaria Executiva para o apoio técnico aos CBHs.

### **Atribuições:**

**Diretoria de Operações:** Tem a função básica de **interagir e dar suporte técnico aos usuários e de gerenciar as demandas técnicas dos Escritórios Regionais**. Responsabiliza-se: pelo **Manual de Investimentos**; pela **avaliação e hierarquização dos projetos apresentados pelos tomadores de recursos**; pela gestão do Plano de Investimentos; pelo **apoio técnico aos tomadores de recursos**; pelo **acompanhamento e fiscalização dos projetos** apoiados com a cobrança; pela sensibilização dos usuários e programas de educação e extensão ambiental e pelos seus contratos específicos com terceiros. Realiza diagnóstico dos anseios da sociedade e dos usuários, em particular, sobre a problemática ambiental setorial da bacia.

**Coordenadores de Projeto:** Subordinados às diferentes diretorias, todos de nível superior, com perfil compatível com as funções a serem exercidas *(já descritas nas respectivas diretorias)*.

20

## **SIMULAÇÃO DA ESTRUTURA E RESPECTIVOS CUSTOS**

21



Muito Obrigado!

[nelson.freitas@ana.gov.br](mailto:nelson.freitas@ana.gov.br)  
(61) 2109.5209



## Premissas e Princípios

### Características financeiras

- é sustentada pelos recursos da cobrança
- gerencia os recursos dos três domínios
- tudo que adquire é público
- utiliza procedimentos únicos para a aplicação dos recursos
- utiliza de procedimentos únicos para as compras
- prestação de contas padronizada, para os três entes (União e Estados)



24

## Premissas e Princípios

### Características técnicas

- elabora ou contrata todos os trabalhos técnicos
- exerce progressivamente todas as atribuições legais (CP)
- diretoria escolhida por critérios técnicos
- empregados contratados por processo seletivo simplificado
- sede única para os trabalhos técnicos
- elaboração e acompanhamento da execução dos Planos



25

## Premissas e Princípios

### Características administrativas e gerenciais

- atua visando o alcance de resultados – **relação contratual**
- comitê diz **o que fazer** por instrumentos de contratação:
  - contrato de gestão ou acordo de resultados
  - plano de aplicação anual ou plurianual
- diretoria AG diz **como fazer** (autonomia na execução)
- diretoria AG pode ser substituída em função dos resultados alcançados
- **comitê acompanha e avalia o alcance das metas**



26

## Premissas e Princípios

### Relação com os comitês

- executa as ações da secretaria-executiva do(s) comitê(s)
- diretoria escolhida pelo comitê – critérios técnicos
- não tem empregado ou dirigente vinculado aos comitês
- apóia o planejamento estratégico dos comitês e a sua implementação



27



## Premissas e Princípios

### Relação com órgãos outorgantes ANA-IEMA-IGAM

- atende a metas e é submetida a avaliação de resultados
- atende procedimentos de aplicação dos recursos
- atende procedimentos de prestação de contas
- é fiscalizada quanto à aplicação de normas e dos recursos
- atua como parceira subsidiando a regulação
- pode ter servidor no período de instalação



## (D) – APRESENTAÇÃO SOBRE VALORES DE COBRANÇA



### 5ª Oficina para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia do rio Doce

#### Apresentação sobre Valores de Cobrança

**PATRICK THOMAS**

**Gerente de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – SAG/ANA**

**Colatina-ES, 06 e 07 de outubro de 2010**



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



### Resgate da 4ª Oficina, Ouro Preto-MG, em 25 e 26/08:

**1. Condicionantes para cobrança (legislações federal, mineira e capixaba). Destaques de pendências, além da definição dos mecanismos e valores: i) implantação da agência de bacia; ii) lei específica capixaba com critérios gerais para a cobrança.**

#### **2. Programa de Investimento do PIRH-Doce:**

**Resumo do Orçamento Global, PIRH-Doce**

Ação	Valor, em R\$1,00
Programas de Saneamento	1.204.431.585
Outros Programas	140.449.060
Total	1.344.880.645

**Orçamento Parcial, PIRH-Doce  
(somente para os primeiros quatro anos)**

Ação	Valor, em R\$1,00
Programas de Saneamento	800.367.727
Outros Programas	92.219.387
Total	892.587.114



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS



**3. Estimativa da disponibilidade de recursos para implementação do PIRH-Doce: i) orçamento da união; e ii) fundos de recursos hídricos (Fhidro-MG e Fundágua-ES):**

**Estimativa de Receitas e Custos para o PIRH-Doce - Planejamento Quadriannual**

valores em R\$1,00

Período	Receitas			Custos	Déficit
	Exec. Orçam.	Fundos de RH	Total		
<b>Total em 4 anos</b>	383.670.631	20.281.606	403.952.236	892.587.114	<b>(488.634.878)</b>
<b>Anual por 4 anos</b>	95.917.658	5.070.401	100.988.059	223.146.779	<b>(122.158.719)</b>

**4. Apesar dos recursos planejados e executados na bacia do rio Doce serem significativos, seu montante é *insuficiente* para atender todas as necessidades do PIRH-Doce.**



**5. Para que os programas previstos no PIRH-Doce sejam executados nos prazos aprovados pelos CBHs, *o déficit apurado deve ser suprido* com recursos da *cobrança* pelo uso de recursos hídricos e *outras fontes* a serem definidas.**

**6. Cenários:**

**Cenário 0: 100% da diferença;**

**Cenário 1: p/ P11 e P23, 25% dos seus custos;**

**Cenário 2: p/ P11 e P23, 25% do aporte da Execução Orçamentária;**

**Cenário 3: p/ P11 e P23, 0% dos seus custos.**



## NECESSIDADE DE ARRECADAÇÃO COM A COBRANÇA



### Cenário 1

os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com 100% da diferença entre os custos do PIRH-Doce e as receitas da Execução Orçamentária mais as dos Fundos de Recursos Hídricos, com exceção dos programas P11 e P23 (saneamento) para os quais estariam dispostos a contribuir com somente até 25% dos seus custos<sup>1</sup>

1- Adotou-se que seria necessário proporcionar com a cobrança 25% das intervenções previstas para o setor de saneamento, sendo 5% para elaboração dos seus projetos e 20% para contrapartida.



### Cenário 2

os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com 100% da diferença entre os custos do PIRH-Doce e as receitas da Execução Orçamentária mais as dos Fundos de Recursos Hídricos, com exceção dos programas P11 e P23 (saneamento) para os quais estariam dispostos a contribuir com uma contrapartida de até 25% dos valores obtidos na Execução Orçamentária para estes programas



### Necessidade de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos Planejamento Quadrienal

valores em R\$1,00

Período	Cenário 1	Cenário 2
<b>Total em 4 anos</b>	231.497.807	123.848.898
<b>Anual por 4 anos</b>	57.874.452	30.962.224

Cenário 1: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores previstos no PIRH-Doce.

Cenário 2: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores obtidos para a Execução Orçamentária.



### Necessidade de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos Planejamento Quadrienal

valores em R\$1,00

Período	Cenário 1	Cenário 2
<b>Total em 4 anos</b>	231.497.807	123.848.898
<b>Anual por 4 anos</b>	57.874.452	30.962.224

Cenário 1: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores previstos no PIRH-Doce.

Cenário 2: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores obtidos para a Execução Orçamentária.

### Necessidade de Recursos Anuais (cobrança + outras fontes) Planejamento Quadrienal

valores em R\$1,00

Recursos	Cenário 1	Cenário 2
<b>Cobrança</b>	<b>57.874.452</b>	<b>30.962.224</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>64.284.268</b>	<b>91.196.495</b>



Cobrança + Outras Fontes = R\$122.158.719 (necessidade de recursos anuais para o primeiro quadriênio).



## PREÇOS UNITÁRIOS CORRESPONDENTES À NECESSIDADE DE ARRECADAÇÃO COM A COBRANÇA







### **Premissas:**

- i) Mecanismos de cobrança da minuta de deliberação proposta pelo GTAI durante a sua 3ª Reunião realizada em Aimorés, nos dias 07 e 08 de julho de 2010;**
  
- ii) Demandas Hídricas (PIRH – Doce).**



### **Preços Públicos Unitários Calculados para cada Cenário**

PPU's	Cenário 1	Cenário 2
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,065	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,300	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,065	0,035



### Preços Públicos Unitários Calculados para cada Cenário

PPU's	Cenário 1	Cenário 2
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,065	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,300	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,065	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	58.190.062	31.268.711



### Potencial de Arrecadação por Área, em R\$/ano

Área de Atuação		Potencial de Arrecadação	
		Cenário 1	Cenário 2
<i>Domínio da União</i>		40.863.485	21.977.057
<i>Domínio Espírito Santo</i>		1.477.033	793.321
<i>Domínio de Minas Gerais</i>		15.849.544	8.498.334
Piranga	Minas Gerais	5.046.334	2.706.899
Santo Antônio	Minas Gerais	915.820	490.786
Suaçuí Grande	Minas Gerais	1.433.284	767.465
Manhuaçu	Minas Gerais	1.219.778	653.780
Caratinga	Minas Gerais	1.587.258	850.481
Piracicaba	Minas Gerais	5.647.071	3.028.923
<b>Total</b>		<b>58.190.062</b>	<b>31.268.711</b>





## IMPACTO DA COBRANÇA SOBRE OS USUÁRIOS



## DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:

### Saneamento

Usuários Característicos	PPU's do Cenário 1		PPU's do Cenário 2	
	Despesa Total	Tarifa Média <sup>1</sup>	Despesa Total	Tarifa Média <sup>1</sup>
SANEAR - Colatina-ES	10,6%	2,39	5,7%	1,28
SAAE - Governador Valadares-MG	11,5%	3,07	6,2%	1,65
CESAN	5,8%	2,07	3,1%	1,12
COPASA	3,8%	1,56	2,0%	0,84

<sup>1</sup> - em R\$/economia/mês.



## DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:

### Irrigação

Usuários Característicos	PPU's do Cenário 1		PPU's do Cenário 2	
	Custo	Receita	Custo	Receita
<b>Irrigação</b>				
Café Robusta	0,11%	0,07%	0,06%	0,04%
Café Arábica	0,17%	0,09%	0,09%	0,05%
Mamão	0,09%	0,04%	0,05%	0,02%
Cana-de-açúcar	0,21%	0,29%	0,11%	0,15%
Feijão	0,29%	0,36%	0,16%	0,20%
Milho	0,44%	0,68%	0,24%	0,36%
Batata	0,10%	0,07%	0,05%	0,04%
Arroz	0,68%	0,92%	0,36%	0,50%

OBS.: Para as culturas temporárias, de maneira conservadora, adotou-se uma única safra anual por hectare. Entretanto, dependendo das escolhas das culturas a serem plantadas, em cada hectare pode-se obter mais de uma safra anual.



## DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:

### Criação de Animais\*

Usuários Característicos	PPU's do Cenário 1		PPU's do Cenário 2	
	Custo	Receita	Custo	Receita
<b>Criação de Animais</b>				
Pecuária de Corte 1500UA	0,0295%	0,0180%	0,0159%	0,0097%
Pecuária de Corte 7500UA	0,0399%	0,0187%	0,0215%	0,0100%
Frangos de Corte - MG	0,0012%	0,0010%	0,0006%	0,0006%
Frangos de Corte - ES	0,0013%	0,0011%	0,0007%	0,0006%
Suinocultura	0,0050%	0,0035%	0,0027%	0,0019%

\*Valores corrigidos em relação aos apresentados na Nota Técnica nº 061/2010/SAG. Nos cálculos da Nota Técnica não estavam aplicados o Kt=0,05 para os usuários de Criação de Animais.



## DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:

### Indústria

Usuários Característicos	PPU's do Cenário 1		PPU's do Cenário 2	
	Custo e Despesa	Receita Líquida <sup>2</sup>	Custo e Despesa	Receita Líquida <sup>2</sup>
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel		0,40%		0,21%
Abate de Reses, Preparação de Produtos de Carne	0,05%	0,04%	0,02%	0,02%
Fabricação Estruturas Metálicas e Obras Caldeiraria Pesada	0,003%	0,002%	0,001%	0,001%
Produção de Ferro-Gusa	0,09%	0,08%	0,05%	0,04%

<sup>2</sup>- Exceto para Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel que refere-se ao impacto sobre a receita bruta.



## DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:

### Mineração

Usuários Característicos	PPU's do Cenário 1		PPU's do Cenário 2	
	Custo e Despesa	Receita Líquida	Custo e Despesa	Receita Líquida
Extração de Minério de Ferro	0,03%	0,03%	0,02%	0,02%
Extração de Pedra, Areia e Argila	0,47%	0,47%	0,25%	0,25%



## DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:

### Transposição<sup>1</sup>

Transposição	Cenário 1	Cenário 2
	Receita Bruta	
Transposição	0,84%	0,45%

1- Dado que o titular da outorga para a transposição pertence ao setor de "fabricação de celulose, papel e produtos de papel", considerou-se o impacto da transposição sobre este setor.



## Encaminhamentos 4ª Oficina, Ouro Preto-MG, 25 e 26/08:

**Envio da Nota Técnica nº 061/2010/SAG aos participantes da Oficina;**

**Abertura de prazo para críticas/sugestões até 17/09/2010;**

**Estudos de novos cenários intermediários entre os Cenários 1 e 2;**

**Readequação da agência de água;**

**5ª Oficina em Colatina-ES nos dias 06 e 07/10/2010.**



## **CRÍTICAS/SUGESTÕES RECEBIDAS**



## **CRÍTICAS E SUGESTÕES RECEBIDAS**

**Sr. José Alfredo Padovani (CBH-Piranga);**

**Sra. Patrícia Sena Coelho (Sistema FIEMG);**

**Sra. Joseane Viola Coelho (CBH-Guandu).**



## **ESTUDO DE NOVOS CENÁRIOS INTERMEDIÁRIOS ENTRE OS CENÁRIOS 1 E 2**



## **CENÁRIOS 1A E 2A**





**Os primeiros anos de implementação do PIRH-Doce serão de assimilação da cobrança pelos usuários e de estruturação progressiva da agência de água.**

**Espera-se que a capacidade institucional da agência seja fortalecida gradativamente, e como consequência, também será gradativo o êxito das suas atividades de acesso e captação de recursos do orçamento governamental.**

**Com isto, a necessidade de contrapartida poderá ser progressiva.**

**Dentro deste conceito, elaborou-se novos cenários considerando uma progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23.**



### **Cenário 1A**

**Para os programas P11 e P23 (saneamento), os CBHs estariam dispostos a contribuir com até 25% dos seus custos, seguindo a progressividade a seguir:**

**Progressividade da Contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23**

<b>Ano</b>	<b>Projeto</b>	<b>Contrapartida</b>
Ano 1	5%	5%
Ano 2	5%	10%
Ano 3	5%	15%
Ano 4	5%	20%





### **Preços Públicos Unitários do Cenário 1A com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23**

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPUcap (R\$/m³)	0,035	0,044	0,054	0,065
PPUlanç (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPUtransp (R\$/m³)	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062



### **Cenário 2A**

**Para os programas P11 e P23 (saneamento), os CBHs estariam dispostos a contribuir com uma contrapartida de até 25% dos valores obtidos na Execução Orçamentária para estes programas, seguindo a progressividade a seguir:**

**Progressividade da Contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23**

Ano	Projeto	Contrapartida
Ano 1	5%	5%
Ano 2	5%	10%
Ano 3	5%	15%
Ano 4	5%	20%





**Preços Públicos Unitários do Cenário 2A  
com progressividade da contribuição dos CBHs  
para os Programas P11 e P23**

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPUcap (R\$/m³)	0,023	0,027	0,030	0,035
PPUlanç (R\$/Kg)	0,119	0,130	0,158	0,160
PPUtransp (R\$/m³)	0,023	0,027	0,030	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.128.067	24.396.656	27.674.827	31.268.711



**CENÁRIOS 1B E 2B**



**Tendo como referência a cobrança na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, adotou-se:**

$$\text{PPU}_{\text{transp}} = 1,5 \times \text{PPU}_{\text{cap}}$$

Manteve-se o conceito de progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23.



### Preços Públicos Unitários do Cenário 1B

**PPU<sub>transp</sub> = 1,5 x PPU<sub>cap</sub>  
com progressividade da contribuição dos CBHs  
para os Programas P11 e P23**

Cenário 1B	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,030	0,039	0,047	0,055
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,140	0,178	0,216	0,255
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,045	0,058	0,070	0,083
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.651.752	40.822.159	49.290.532	58.116.124



## Preços Públicos Unitários do Cenário 2B

**PPU<sub>transp</sub> = 1,5 x PPU<sub>cap</sub>**  
**com progressividade da contribuição dos CBHs**  
**para os Programas P11 e P23**

Cenário 2B	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,020	0,023	0,026	0,030
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,092	0,106	0,120	0,136
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,030	0,035	0,039	0,045
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.045.355	24.368.210	27.375.706	31.484.314



## **DOS IMPACTOS SOBRE OS SETORES USUÁRIOS:**

### **Transposição** **Impacto Cenários 1B e 2B<sup>1</sup>**

Transposição	Cenário 1B	Cenário 2B
Transposição	1,07%	0,58%

1- Dado que o titular da outorga para a transposição pertence ao setor de "fabricação de celulose, papel e produtos de papel", considerou-se o impacto da transposição sobre este setor.



## VIABILIDADE FINANCEIRA DA AGÊNCIA DE BACIA



### Nova simulação para a AGB Doce, efetuada a partir dos encaminhamentos da 4ª Oficina

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (TOTALS)		R\$	2.992.040
			(anual)
SALÁRIOS		R\$	1.579.200
ENCARGOS		R\$	1.105.440
MANUTENÇÃO		R\$	240.000
APOIO PLENÁRIAS		R\$	42.400
CONTRATAÇÕES		R\$	25.000
OUTROS		R\$	-



**Arrecadação somente em rios de domínio da União**

**Potencial de Arrecadação e Recursos para a Agência de Bacia**

Potencial de Arrecadação		
Domínio	Cenário 1	Cenário 2
Domínio ES	-	-
Domínio MG	-	-
Domínio da União	40.863.485	21.977.057
<b>Total</b>	<b>40.863.485</b>	<b>21.977.057</b>
Recursos para a Agência de Bacia		
<b>Limite para a Agência<sup>1</sup></b>	3.064.761	1.648.279

1- Conforme Lei 9.433/97, o custeio da agência é limitado a 7,5% da cobrança.



**Arrecadação somente em rios de domínio da União**

**Potencial de Arrecadação e Recursos para a Agência de Bacia**

Potencial de Arrecadação		
Domínio	Cenário 1	Cenário 2
Domínio ES	-	-
Domínio MG	-	-
Domínio da União	40.863.485	21.977.057
<b>Total</b>	<b>40.863.485</b>	<b>21.977.057</b>
Recursos para a Agência de Bacia		
<b>Limite para a Agência<sup>1</sup></b>	3.064.761	1.648.279

1- Conforme Lei 9.433/97, o custeio

> R\$ 2.992.040  
Nova AGB-Doce

5% d

< R\$ 2.992.040  
Nova AGB-Doce



### Arrecadação em rios de domínio da União e de MG

#### Potencial de Arrecadação e Recursos para a Agência de Bacia

Potencial de Arrecadação		
Domínio	Cenário 1	Cenário 2
Domínio ES	-	-
Domínio MG	15.849.544	8.498.334
Domínio da União	40.863.485	21.977.057
<b>Total</b>	<b>56.713.029</b>	<b>30.475.390</b>
Recursos para a Agência de Bacia		
<b>Limite para a Agência<sup>1</sup></b>	4.253.477	2.285.654

1- Conforme Lei 9.433/97, o custeio da agência é limitado a 7,5% da cobrança.



### Arrecadação em rios de domínio da União e de MG

#### Potencial de Arrecadação e Recursos para a Agência de Bacia

Potencial de Arrecadação		
Domínio	Cenário 1	Cenário 2
Domínio ES	-	-
Domínio MG	15.849.544	8.498.334
Domínio da União	40.863.485	21.977.057
<b>Total</b>	<b>56.713.029</b>	<b>30.475.390</b>
Recursos para a Agência de Bacia		
<b>Limite para a Agência<sup>1</sup></b>	4.253.477	2.285.654

1- Conforme Lei 9.433/97, o custeio > R\$ 2.992.040 Nova AGB-Doce 5% d < R\$ 2.992.040 Nova AGB-Doce





### Preços Públicos Unitários do Cenário 1A com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062

#### Limite para Agência de Bacia

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.667.554	2.110.489	2.572.798	3.064.761
Arrecadação Domínio da União + MG	2.331.281	2.964.212	3.596.833	4.253.477



### Preços Públicos Unitários do Cenário 1A com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062

#### Limite para Agência de Bacia

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.667.554	2.110.489	2.572.798	3.064.761
Arrecadação Domínio da União + MG	2.331.281	2.964.212	3.596.833	4.253.477

> R\$ 2.992.040  
Nova AGB-Doce



### Preços Públicos Unitários do **Cenário 1A** com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062

#### Limite para Agência de Bacia

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.667.554	2.110.489	2.572.798	3.064.761
Arrecadação Domínio da União + MG	2.331.281	2.964.212	3.596.833	4.253.477

**< R\$ 2.992.040**  
**Nova AGB-Doce**



### Preços Públicos Unitários do **Cenário 1A** com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062

#### Limite para Agência de Bacia

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.667.554	2.110.489	2.572.798	3.064.761
Arrecadação Domínio da União + MG	2.331.281	2.964.212	3.596.833	4.253.477

**< R\$ 2.992.040**

#### Déficit da Agência - Nova AGB-Doce

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.324.486	881.551	419.242	-
Arrecadação Domínio da União + MG	660.759	27.828	-	-







### Preços Públicos Unitários do **Cenário 2A** com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,119	0,130	0,158	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.128.067	24.396.656	27.674.827	31.268.711

#### Limite para Agência de Bacia

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.100.961	1.279.974	1.439.612	1.648.279
Arrecadação Domínio da União + MG	1.544.152	1.783.208	2.022.575	2.285.654



### Preços Públicos Unitários do **Cenário 2A** com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,119	0,130	0,158	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.128.067	24.396.656	27.674.827	31.268.711

#### Limite para Agência de Bacia

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.100.961	1.279.974	1.439.612	1.648.279
Arrecadação Domínio da União + MG	1.544.152	1.783.208	2.022.575	2.285.654

**< R\$ 2.992.040**  
**Nova AGB-Doce**



## Preços Públicos Unitários do Cenário 2A com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,119	0,130	0,158	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.128.067	24.396.656	27.674.827	31.268.711

### Limite para Agência de Bacia

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.100.961	1.279.974	1.439.612	1.648.279
Arrecadação Domínio da União + MG	1.544.152	1.783.208	2.022.575	2.285.654

**< R\$ 2.992.040**

### Déficit da Agência - Nova AGB-Doce

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Só arrecadação Domínio da União	1.891.079	1.712.066	1.552.428	1.343.761
Arrecadação Domínio da União + MG	1.447.888	1.208.832	969.465	706.386



## USOS INSIGNIFICANTES



## **DOS USOS INSIGNIFICANTES:**

**A definição dos usos insignificantes (que independem de outorga) é condicionante para implementação da cobrança:**

**Legislação Federal: inciso I do art. 6º da Resolução CNRH CNRH nº 48, de 2005;**

**Legislação de Minas Gerais: inciso I do art. 5º do Decreto nº 44.046, de 2005.**



## **DOS USOS INSIGNIFICANTES:**

**De acordo com o inciso V do art. 38 da Lei 9.433, de 1997:**

**“Compete aos CBHs, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeitos de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes.”**





## DOS USOS INSIGNIFICANTES:

Não há Resolução do CNRH estabelecendo regra geral para definição dos usos insignificantes para as águas de domínio da União.

As experiências existentes são:

Bacia Hidrográfica	Vazão	Resolução CNRH
Rio Paraíba do Sul	1,0 l/s	nº 64, de 2006
Rios Piracicaba, Capivari, Jundiá	0,058 l/s	nº 78, de 2007
Rio São Francisco	4,0 l/s	nº 113, de 2010



## DOS USOS INSIGNIFICANTES:

Regulamentação da ANA sobre procedimentos no exame de pedidos de outorga:

Inciso III do art. 6º da Resolução ANA nº 707, de 21 de dezembro de 2004:

“Não são objeto de outorga de direito de uso de recursos hídricos, mas obrigatoriamente de cadastro, ... , usos com vazões de **captação máximas instantâneas inferiores a 1,0 l/s**, quando não houver deliberação diferente do CNRH.”



## DOS USOS INSIGNIFICANTES:

### Regulamentação dos usos insignificantes para as águas de domínio estadual - Minas Gerais:

Art. 1º da Deliberação Normativa CERH-MG n.º 09, de 16 de junho de 2004:

“As captações e derivações de águas superficiais **menores ou iguais a 1 litro/segundo** serão consideradas como usos insignificantes para as Unidades de Planejamento e Gestão ou Circunscrições Hidrográficas do Estado de Minas Gerais.”

**(válido até que os comitês de bacia hidrográfica o faça)**



## DOS USOS INSIGNIFICANTES:

### Regulamentação dos usos insignificantes para as águas de domínio estadual - Espírito Santo:

Inciso I do art. 1º da Resolução Normativa CERH-ES nº 017, de 13 de março de 2007:

“As derivações e captações em corpos de águas superficiais, por usuário em um mesmo corpo de água, cujas vazões captadas **sejam iguais ou inferiores a 1,5 l/s**, limitadas a um volume máximo diário de 43.200 litros.”

**(válido até que os comitês de bacia hidrográfica o faça)**





## DOS USOS INSIGNIFICANTES:

**Proposta para definição dos usos insignificantes em corpos d'água de domínio da União na bacia do Rio Doce:**

**derivações e captações com capacidade instalada de até:**

**1,0 l/s, em território do Estado de Minas Gerais**

**1,5 l/s, em território do Estado do Espírito Santo**



## CONCLUSÕES



**Como a bacia hidrográfica é a unidade territorial de planejamento, constitui-se boa prática de gestão que todos os usos de recursos hídricos na bacia sejam cobrados simultaneamente, independentemente do domínio das águas onde é realizado o uso, com mecanismos e valores de cobrança simplificados e harmonizados.**



**Os preços públicos unitários dos Cenários 1 e 2 são:**

PPU's	Cenário 1	Cenário 2
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,065	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,300	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,065	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	58.190.062	31.268.711

**Cenário 1:** Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores previstos no PIRH-Doce.

**Cenário 2:** Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores obtidos para a Execução Orçamentária.



### Os preços públicos unitários do Cenário 1A são:

Cenário 1A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,175	0,231	0,270	0,300
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,035	0,044	0,054	0,065
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.896.608	40.559.050	49.211.910	58.190.062

Cenário 1A: equivalente aos Cenário 1 com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23.



### Os preços públicos unitários do Cenário 2A são:

Cenário 2A	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,119	0,130	0,158	0,160
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,023	0,027	0,030	0,035
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.128.067	24.396.656	27.674.827	31.268.711

Cenário 2A: equivalente aos Cenário 2 com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23.





### Os preços públicos unitários do Cenário 1B são:

Cenário 1B	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,030	0,039	0,047	0,055
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,140	0,178	0,216	0,255
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,045	0,058	0,070	0,083
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	31.651.752	40.822.159	49.290.532	58.116.124

Cenário 1B: equivalente ao Cenário 1, adotando-se PPU<sub>transp</sub> = 1,5 x PPU<sub>cap</sub> e com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23.



### Os preços públicos unitários do Cenário 2B são:

Cenário 2B	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
PPU <sub>cap</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,020	0,023	0,026	0,030
PPU <sub>lanç</sub> (R\$/Kg)	0,092	0,106	0,120	0,136
PPU <sub>transp</sub> (R\$/m <sup>3</sup> )	0,030	0,035	0,039	0,045
Potencial de Arrecadação (R\$/ano)	21.045.355	24.368.210	27.375.706	31.484.314

Cenário 2B: equivalente ao Cenário 2, adotando-se PPU<sub>transp</sub> = 1,5 x PPU<sub>cap</sub> e com progressividade da contribuição dos CBHs para os Programas P11 e P23.



**Como o déficit de investimento é de cerca de R\$122 milhões anuais, outras fontes de recursos deverão ser identificadas para completa implementação dos Programas do PIRH-Doce. Caso contrário, será necessário os CBHs decidirem quais ações deverão ter suas execuções postergadas em função da insuficiência de recursos.**

**Necessidade de Recursos Anuais (cobrança + outras fontes)  
Planejamento Quadrienal**

valores em R\$1,00

Recursos	Cenário 1	Cenário 2
Cobrança	57.874.452	30.962.224
Outras Fontes	64.284.268	91.196.495



Cobrança + Outras Fontes = R\$122.158.719 (necessidade de recursos anuais para o primeiro quadriênio).



**Considerando as arrecadações de cobrança em rios de domínio da União e do Estado de Minas Gerais, tem-se que:**

**Cenário 1A: não haverá recursos suficientes para a AGB-Doce nos dois primeiros anos do planejamento quadrienal;**

**Cenário 2A: não haverá recursos suficientes para a AGB-Doce em todos os anos do planejamento quadrienal.**





**Como alternativas para suprir déficit da AGB-Doce tem-se como opções:**

- 1. Implementação progressiva da agência;**
- 2. Repasse de recursos dos órgãos gestores (ANA, IGAM, IEMA);**
- 3. Repasse de recursos do Fhidro-MG e FUNDÁGUA-ES;**
- 4. Discutir outros cenários de PPU.**



## **Equipe**

**Rodrigo Flecha Ferreira Alves**  
Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos

**Patrick Thomas**  
Especialista em Recursos Hídricos  
Gerente de Cobrança pelo Uso de Recurso Hídricos

**Giordano Bruno B. de Carvalho**  
Especialista em Recursos Hídricos

**Gracyreny R. dos Santos**  
Assistente

**Claudio Pereira**  
Especialista em Recursos Hídricos

**Geison de Figueiredo Laport**  
Assistente

**Gláucia Maria Oliveira**  
Assistente

**Raimundo Rodrigo Sampaio**  
Estagiário

**Marco Antônio Mota Amorim**  
Especialista em Recursos Hídricos

**Cristiano Cária Guimarães Pereira**  
Especialista em Recursos Hídricos





**Muito obrigado pela atenção!**

**Gerência de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos  
da Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos  
(GECOB/SAG)**

Agência Nacional de Águas – ANA  
Setor Policial Sul – Área 5 – Quadra 3 – Bloco B – Brasília-DF – 70610-200  
Tel: (61) 2109-5437  
[www.ana.gov.br/CobrancaUso](http://www.ana.gov.br/CobrancaUso)

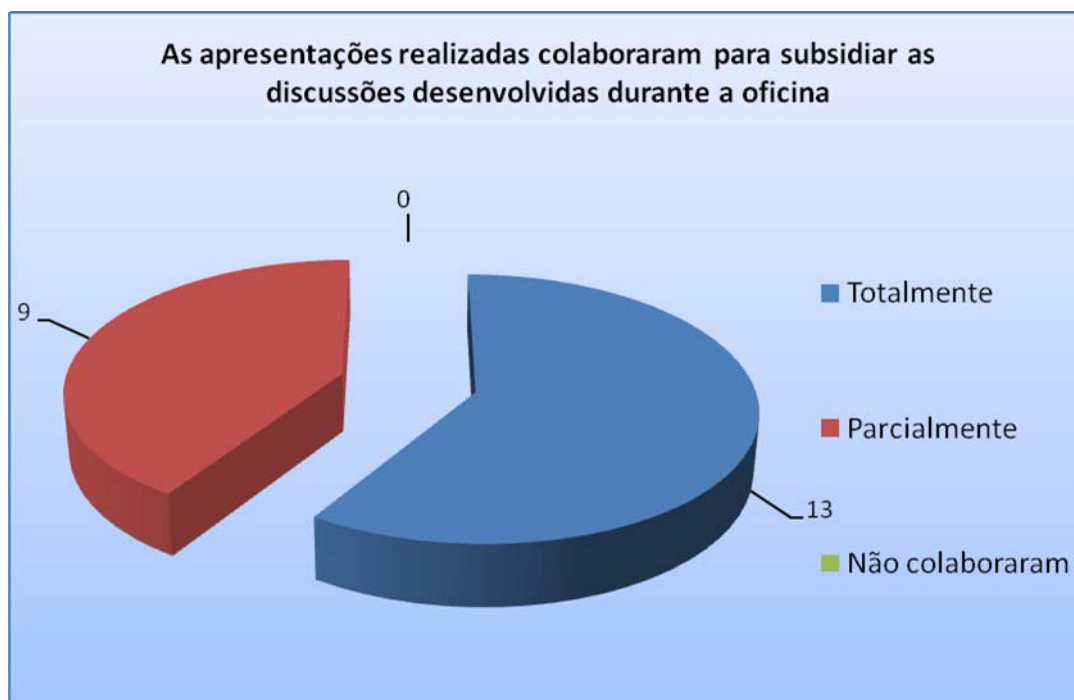
## ANEXO III – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA OFICINA

### FICHA DE AVALIAÇÃO

#### Oficina para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia do rio Doce

Solicitamos o preenchimento desta ficha dando a sua opinião sobre a oficina. As respostas irão subsidiar o aperfeiçoamento de outras reuniões desse tipo promovidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Sua contribuição é de extrema importância. Desde já agradecemos!

- 1) As apresentações realizadas colaboraram para subsidiar as discussões desenvolvidas em grupos durante a oficina:
- ( ) Totalmente;
  - ( ) Parcialmente;
  - ( ) Não colaboraram



#### Sugestões:

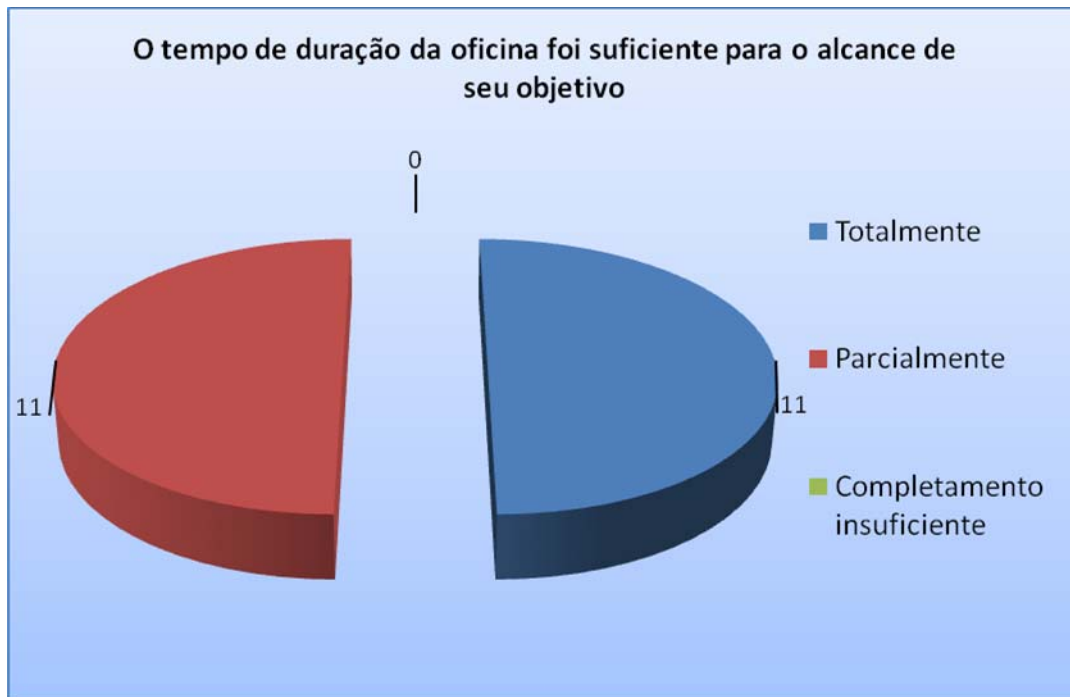
- As apresentações não focaram as vantagens e desvantagens de cada modelo de Agência, apenas as já conhecidas dos membros.
- Segmentar mais os grupos para a discussão séria mais produtiva, de modo a adequar a linguagem a cada grupo.

2) O tempo de duração da oficina foi suficiente para o alcance de seu objetivo:

( ) Totalmente;

( ) Parcialmente;

( ) Completamente insuficiente.



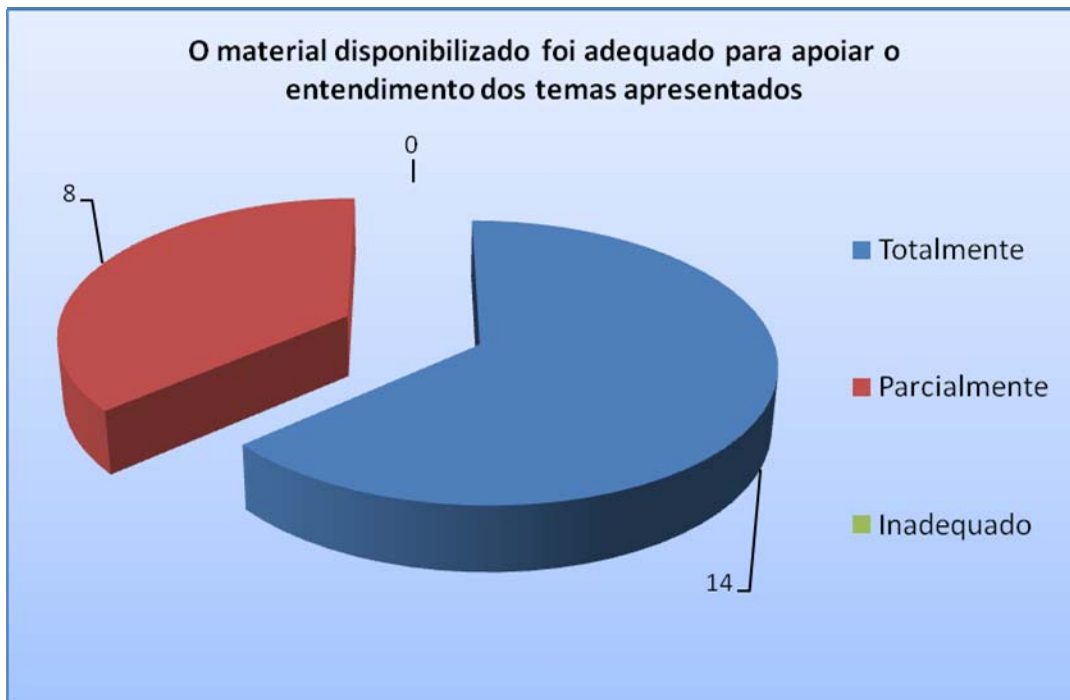
#### Sugestões:

- Pela questão do nivelamento que ainda demanda muito tempo e discussão, dois dias são insuficientes.
- Ficou claro na oficina que há uma certa insegurança quanto a decisão dos valores e do modelo da agência, necessitando de mais discussão.
- Os participantes devem ter maior compromisso com o horário, para evitar atrasos.
- As interrupções dos mesmos participantes durante o evento, retomando questões já discutidas ou expressando opiniões pessoais, não respaldadas por seus respectivos comitês, ocuparam um grande tempo da oficina. É imprescindível que tais pessoas entendam que democracia não significa monopolizar o debate, desconsiderando os demais que também poderiam se pronunciar, mas podem não fazê-lo por entender que o horário vai ser mais comprometido ainda.

- Ser mais rápido com relação aos horários. Não interromper as apresentações para perguntas.
- Sim, considerando que é a 5ª oficina.
- Desta vez senti a necessidade de mais tempo para aprofundar as discussões.

3) O material disponibilizado foi adequado para apoiar o entendimento dos temas apresentados:

- ( ) Totalmente;
- ( ) Parcialmente;
- ( ) Inadequado.



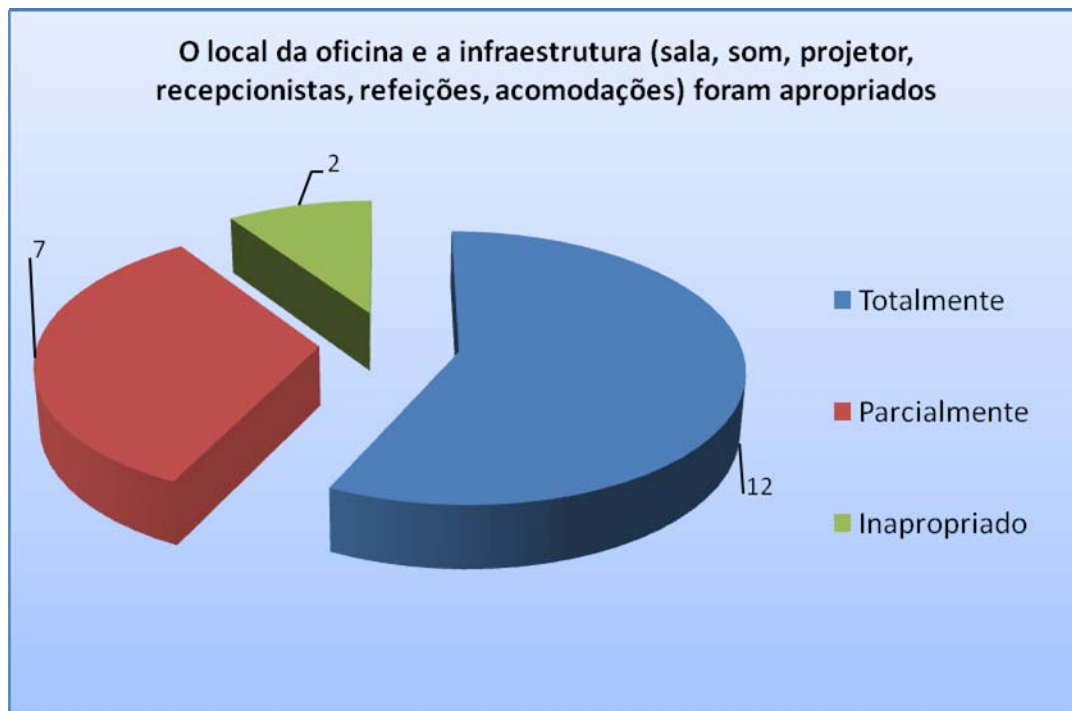
#### Sugestões:

- Disponibilizar o material com antecedência.
- Como mencionei na questão 2, as interrupções exigiram suprimir parte das explicações e mesmo vários slides.
- Alguns setores visualizam melhor valores expressos em Reais e totais de arrecadação para setor usuário/segmento.



4) O local da oficina e a infraestrutura (sala, som, projetor, recepcionistas, refeições, acomodações) foram apropriados:

- ( ) Totalmente;
- ( ) Parcialmente;
- ( ) Inapropriado.



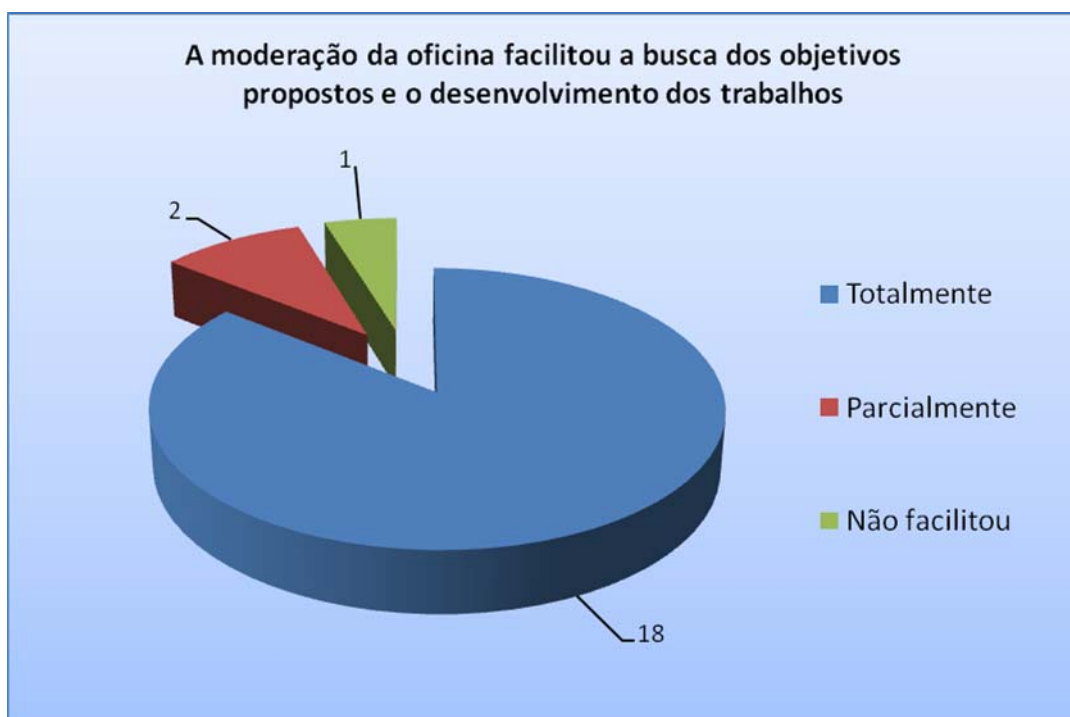
**Sugestões:**

- Auditório pequeno; demais itens atenderam com satisfação.
- Auditório muito pequeno. O restaurante do hotel teve restrições.
- Salão um pouco “apertado”. Especialmente no coffee break.
- Faltou espaços para os grupos e a sala também pequena para o número de participantes.
- Local mais espaçoso.
- Dois grupos de estudo na mesma sala dificultou.



5) A moderação da oficina facilitou a busca dos objetivos propostos e o desenvolvimento dos trabalhos:

- ( ) Totalmente;
- ( ) Parcialmente;
- ( ) Não facilitou.

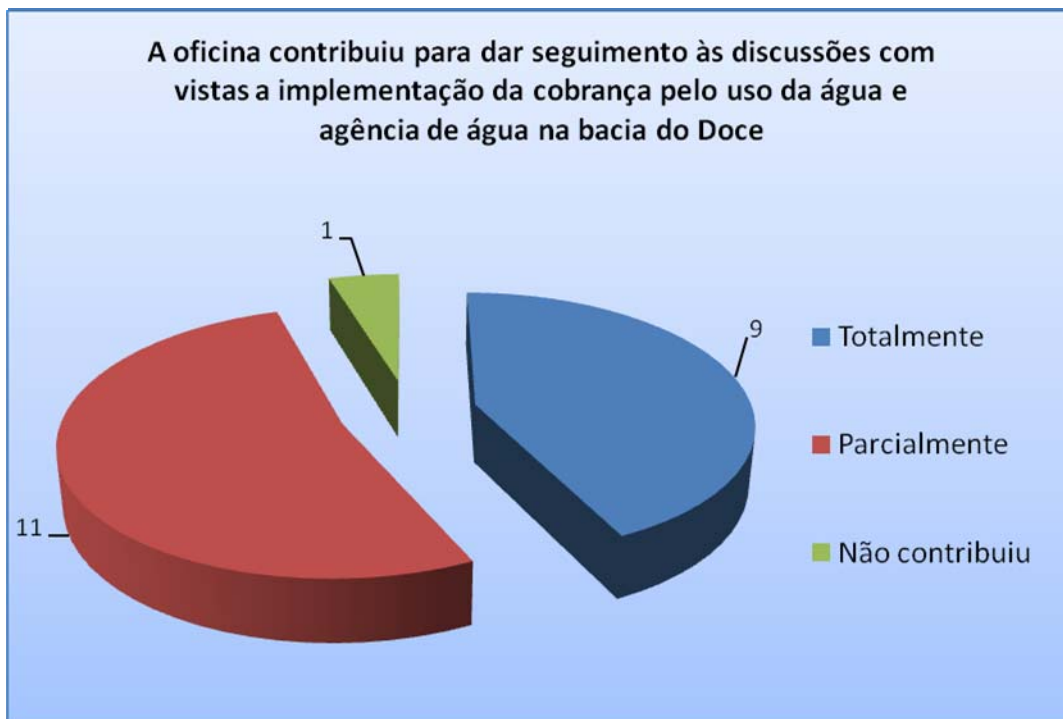


**Sugestões:**

- Muito bom o processo de moderação.
- Está relacionado com a questão 2. A educação, a gentileza, o respeito demonstrado pelo nosso mediador foram enormes, mas não fazem muito sentido para quem é cara de pau. É preciso ter regras combinadas no início da oficina.
- Guto, você, por sua condução, é uma lição à parte. Você nos ensina a difícil decisão de acertar, apreciar intensamente e incluir todas as ideias.

6) A oficina contribuiu para dar seguimento às discussões com vistas a implementação da cobrança pelo uso da água e agência de água na bacia do Doce:

- ( ) Totalmente;
- ( ) Parcialmente;
- ( ) Não foi alcançado.



#### **Sugestões:**

- A questão da personalidade jurídica da agência não foi esgotada.
- Alcançou no sentido de continuar as discussões, mas as decisões a serem tomadas precisam ser amadurecidas.
- Vários avanços foram obtidos.
- Em virtude das questões anteriores. Há muito envolvimento na realização destas oficinas, são equipes inteiras dos órgãos gestores que vão precisar trabalhar de noite, no final de semana e feriados para contornar essa ausência e, no final, não ter avanço na discussão.
- O exercício de modelagem da Agência de Bacia demandava maiores informações, tendo se apoiado apenas em conhecimentos superficiais dos participantes.

- Temas já debatidos e consensuais não devem ser retomados para evitar que os votos vencidos tragam as polêmicas à tona novamente, o que atrasa o processo decisório.
- Dar segmento às discussões, sim. Alguns temas foram mais difíceis de avançar.
- Na questão da agência poderíamos ter caminhado mais na escolha do modelo.

### **Outras Sugestões**

- Conversar com as pessoas que insistem em se sentir mais à vontade para falar o tempo todo.
- Muitos participantes ligados aos órgãos gestores, sugestionam posições dos demais representantes. Acho isto prejudicial ao processo.
- A oficina deveria inserir na pauta as discussões locais da minuta de cobrança.
- Responder aos questionamentos feitos de forma conclusiva, evitando-se repetição. Ao empurrar a discussão para frente, o assunto não esgota.
- Se possível, melhorar a infra em outros locais da Bacia. Um elogio especial ao Patrick.